



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Madalena Mendes Gonçalves

**A Importância da Frequência do Ensino Pré –
escolar no Sucesso da Escola Básica**

Estudo de caso realizado nos jardins Sorriso das Crianças e Cinderela
e na Escola Básica de Vila Nova

Licenciatura em Educação de Infância

Campus Palmarejo – Cidade da Praia

Uni-CV / 2010



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Madalena Mendes Gonçalves

A Importância da Frequência do Ensino Pré – Escolar no Sucesso da Escola Básica

Estudo de caso realizado nos jardins Sorriso das Crianças e Cinderela
e na Escola Básica de Vila Nova

Trabalho científico apresentado à Uni-CV para obtenção de grau de Licenciatura em
Educação de Infância sob a orientação da Mestre Ana Domingos Almeida



UNIVERSIDADE DE CABO VERDE

Licenciatura em Educação de Infância

(Presidente do Júri)

(Arguente)

(Orientadora)

..... De de 2010

Dedicatória

Dedico este trabalho à minha família, pela força e compreensão que tem demonstrado durante esse tempo e em particular aos meus filhos, Telma Sofia e Rúben António. A eles, um apreço muito especial pelo afecto e compreensão manifestado durante todo esse tempo, sobretudo nos momentos que mais precisavam da minha companhia e orientações.

Ao meu marido pelo incentivo incondicional, por todo amor, dedicação e acima de tudo pela paciência e compreensão demonstrado ao longo desta caminhada, estando sempre disponível sobretudo nos momentos mais difíceis, em fim sem palavras para agradecer.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela força de vontade concedida desde o 1º dia da minha formação, pela saúde que me tem dado para poder chegar até aqui. Sem ele não estaria aqui, neste lugar, nesta missão.

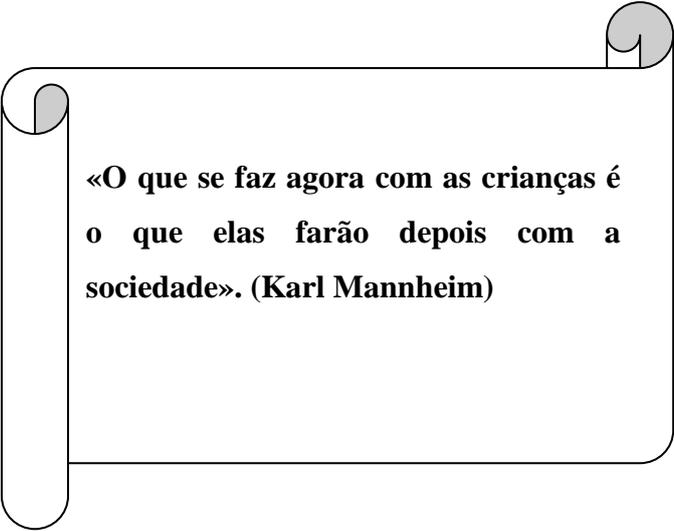
A minha orientadora, Mestre Ana Domingos Almeida, meus profundos agradecimentos, pela forma como me orientou no decorrer deste trabalho. Sua inteligência, profissionalismo e amizade fecharam com chave de ouro esta etapa da minha vida e inspiraram-me para novos desafios, pois encontrei nesta professora um modelo.

O meu imenso agradecimento aos meus familiares pelo apoio e coragem demonstrado, em especial as minhas queridas irmãs pelos estímulos oferecidos sobretudo nos momentos de muita preocupação.

De forma muito especial, agradeço aos meus filhos, pela maturidade demonstrada ao longo desses anos, pela especialidade e preciosidade que apresentam na minha vida, factor que tem contribuído na elevação da minha auto-estima e auto-confiança para enfrentar os desafios da vida. A eles não tenho palavras para agradecer.

Agradeço em particular ao meu marido pela disponibilidade em me apoiar sobretudo nos momentos de muita aflição quer seja estudantil ou profissional.

A todos aqueles que de uma forma ou outra contribuíram para que o desenvolvimento desse trabalho seja hoje concluído, um muito obrigado.



«O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade». (Karl Mannheim)

Índice

Introdução.....	3
CAPÍTULO I- O ensino pré-escolar em Cabo Verde	8
1- Evolução do ensino pré-escolar em Cabo Verde.....	8
1.1- A importância do ensino pré-escolar.....	14
1.2-A importância do ensino pré-escolar em Cabo Verde.....	17
1.3- A importância da formação adequada do educador de infância	
1.4- Legislação e normativos da educação pré-escolar em Cabo Verde	22
1.5- Situação actual do ensino pré-escolar em Cabo Verde	25
Capítulo II- A importância do ensino pré-escolar	30
2- A importância do ensino pré-escolar na socialização da criança	30
3 -papel do educador na formação integral das crianças	
4- Importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento dos pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita.....	38
CAPÍTULO III - Metodologia (estudo empírico)	43
3-Fundamentação Metodológica	43
3.1 -Caracterização da amostra.....	44
4- Caracterização e descrição dos instrumentos.....	52
5- Procedimentos seguidos.....	54
Capítulo IV- Análise e discussão dos dados: A opinião das monitoras, das professoras, dos pais e da técnica do Ministério da Educação sobre a importância da frequência do ensino pré-escolar.....	55
4- A Planificação das actividades no jardim-de-infância e o domínio das áreas.....	55
5-A influência da frequência do ensino pré-escolar na preparação para o ingresso no ensino básico integrado.....	57
6-O ingresso no EBI sem a frequência no ensino pré-escolar	60
7- Generalização da frequência do ensino pré-escolar	
8-O relacionamento entre outros agentes educativos	67
9-Análise dos testes de conhecimento dos alunos do 1ºano	68
Conclusão	71
Recomendações.....	73
Bibliografia.....	75
Anexos.....	78

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela I: Indicadores da Educação Pré-escolar a nível nacional (2008/2009).....	27
Tabela II: Habilitações literárias, profissionais e tempo de serviço das monitoras.....	45
Tabela III: Habilitações profissionais e ano de serviço dos professores.....	47
Tabela IV: Idade e frequência das crianças.....	48
Tabela V: Sexo dos pais.....	49
Tabela VI: Habilitações académicas dos pais.....	50
Tabela VII: Áreas de maior domínio e de maior dificuldade.....	56
Tabela VIII: Os pré-requisitos necessários para o ingresso no ensino básico.....	59
Tabela IX: Opinião das monitoras.....	61
Tabela X: Opinião das professoras.....	62
Tabela XI: Opinião dos pais.....	63
Tabela XII: A percepção da importância da relação entre o EBI e o ensino pré-escolar.....	67
Tabela XIII: Comparação dos resultados dos testes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Integradas.....	69

Introdução

Na contemporaneidade, em que a educação se constitui como um processo complexo de construção permanente da pessoa, a educação de infância assume importância crucial como alicerce para as fases seguintes do processo.

Diversos estudos e investigações desenvolvidos recentemente sobre a infância permitem hoje concluir que os primeiros anos de vida são cruciais no desenvolvimento pleno das crianças. Quando uma criança atinge a idade escolar, a maior parte dos seus circuitos cerebrais fundamentais, as competências linguísticas e os alicerces cognitivos, estão bastante desenvolvidos. (Carvalho, 2002)

O investimento nestes primeiros anos traz retornos extraordinários, quer em termos humanos, quer financeiros. As crianças que têm um bom começo, conseguem melhores resultados na escola, são mais saudáveis e têm melhores percursos como adultos.

Sendo a educação pré-escolar a primeira etapa da educação básica no processo da educação ao longo da vida, é aconselhável que todas as crianças passassem por esse estabelecimento de ensino de modo a desenvolver os pré-requisitos necessários para o sucesso nos primeiros anos do ensino básico.

Uma vez que é inquestionável o efeito positivo que o ensino pré-escolar tem no desenvolvimento harmonioso das crianças, pensamos que também em Cabo Verde esse nível de ensino deveria ser alargado e generalizado a todas as crianças pelo menos durante os 2 últimos anos (4 aos 6 anos), uma vez que corresponde à fase de preparação para o ingresso escolar.

Começar a escolarização, a partir do pré-escolar, influenciará positivamente o desenvolvimento futuro da criança, uma vez que, os primeiros anos de vida, são cruciais para o desenvolvimento da inteligência, comportamento social e personalidade da criança e, quanto mais precoce for a intervenção, os resultados serão mais visíveis e prolongados. Para isso é necessário assegurar que os jardins-de-infância ofereçam às crianças mais condições de aprendizagem e não que seja simples locais de guarda das crianças, (Monteiro s/d).

Com a criação na década de 70, dos primeiros jardins-de-infância em Cabo Verde, a população tomou consciência dos efeitos benéficos que estes têm no desenvolvimento das crianças cabo-verdianas. Mas é de salientar que a frequência das crianças nos jardins infantis só será bem

sucedida se estes apresentarem condições favoráveis para uma igualdade de oportunidades, uma vez que esse subsistema é considerado como a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida. Essa etapa é considerada por Piaget como etapa de transição fundamental entre a acção e a operação. Além disso Piaget considera isso como uma fase de preparação para o período seguinte, denominado operatório concreto. É de salientar ainda que segundo esse autor “o ensino pré-escolar constitui a base das aprendizagens posteriores”.

A importância dessa fase educativa na vida das crianças é inquestionável, daí a necessidade de realçar que esse subsistema deveria ser assumido na sua totalidade pelo Ministério da Educação a fim de privilegiar a maioria das crianças que nasce e vive em condições sócio - económicas difíceis. Caso contrário, isso servirá para aumentar a probabilidade destas virem a ser futuramente mal sucedidas no plano emocional, afectivo e educativo. Segundo o Guia de Actividades Curriculares (pag.7) «a criação de instituições de má qualidade, que funcionam sobretudo como lugares onde se guardam crianças, pode prejudicar gravemente o seu desenvolvimento, com sérias consequências para o seu futuro.»Essa citação reforça a visão existente sobre a nossa realidade, isto porque segundo dados estatísticos fornecidos pelo Gabinete de Estudos e Planeamento, um grande número de jardins existentes, sobretudo na cidade da Praia funcionam em condições inadequadas.

Mesmo sendo bastante discutidas, ainda não foram feitos trabalhos expressivos que possam minimizar os problemas sobre o ensino pré-escolar em Cabo verde, pois muitos caminhos precisam ser percorridos, rumo a uma solução coerente.

Desde a Declaração Quadro de Jomtien realizada em 1990 e mais recentemente no Fórum sobre a Educação para Todos, vem-se reforçando a consciência dos benefícios que podem resultar de uma intervenção precoce no desenvolvimento de crianças e daí a importância que um grande número de países atribui à educação pré-escolar como forma de conseguir um desenvolvimento são e responder às necessidades de desenvolvimento das crianças.

Começar a escolarização, a partir do pré-escolar, influenciará positivamente o desenvolvimento futuro da criança uma vez que, os primeiros anos de vida, são cruciais para o desenvolvimento da inteligência, comportamento social e personalidade da criança e, quando mais precoce for a intervenção, os resultados serão mais visíveis e prolongados.

Segundo o Guia de Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar (pag.7), "hoje em dia ninguém questiona a importância e o papel da educação da infância no desenvolvimento e aprendizagem das crianças e no contributo para o seu sucesso escolar futuro". Uma vez que o mesmo documento assegura que é de extrema importância a preparação de uma transição sem rupturas entre o nível pré-escolar e a escolaridade básica, sentimos motivados em realizar o estudo sobre um estudo esta temática, tendo em conta a publicação do Decreto-Lei nº 37/2008 de 24 de Novembro que permite às crianças ingressarem no EBI sem a frequência do ensino pré-escolar.

Uma vez que na nossa vivência o relacionamento com crianças tem sido constante e intenso, a publicação dessa nova Lei despertou cada vez mais a nosso interesse com a situação das crianças no ensino pré-escolar em Cabo Verde.

A nossa experiência profissional contribuiu muito para preocuparmos com essa problemática de modo a tomarmos a consciência de diversos factores que afectam esse nível de ensino no país, tendo em conta que encaramos a infância como uma das fases fundamentais do processo de desenvolvimento humano por ser o início de todas as aprendizagens que irão ser aprofundadas ao longo de toda a vida e, como tal, merecedora de muita atenção.

Esta experiência também influenciou fortemente a opção feita de seguida pelo curso de educadora de infância, ao demonstrar a vontade em conhecer o impacto do ensino pré-escolar na formação das crianças, de igual modo comparar o grau de aproveitamento das crianças que frequentaram o jardim-de-infância e as que não frequentaram.

O ensino pré-escolar, embora presente no sistema educativo, não lhe é dado a merecida atenção, apesar de inquestionável a sua importância no desenvolvimento harmonioso das crianças.

Muitas vezes pela percepção de certos pais/encarregados de educação e não só, o jardim-de-infância não passa de um lugar onde possam "guardar", suas crianças sobretudo nas horas laborais.

Segundo Mota e Cruz (1999), o trabalho no jardim è muitas vezes encarado como mero conjunto de brincadeiras dirigidas por pessoas com pouca qualificação, embora, carinhosas e com amor pela criança

Outro suporte motivacional, que determinou a escolha do tema, reside na nossa preocupação em

analisar o plano de estudo do ensino pré-escolar, uma vez que a educação pré-escolar visa o desenvolvimento da personalidade em todas as vertentes, nomeadamente na aquisição de competências e desenvolvimento de atitudes nos vários domínios do saber, na familiarização com o meio cultural, no desenvolvimento de comportamentos reflectidos e responsáveis, na integração social e escolar, tendo em vista o seu contributo impulsionador no sucesso da escolaridade básica.

Mesmo sendo bastante discutidas, ainda não foram feitos trabalhos expressivos que possam minimizar os problemas sobre o ensino pré-escolar em Cabo verde, pois muitos caminhos precisam ser percorridos, rumo a uma solução coerente.

Esperamos que o resultado deste estudo sirva como elemento de reflexão para que todos que tenham a responsabilidade em valorizar cada vez mais a importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento integral das crianças, em especial que a sua assunção por parte do governo aconteça o mais rápido possível.

Nesta óptica, definimos a questão de partida e um conjunto de objectivos para o nosso trabalho, subdividindo-lhes em objectivos: gerais e específicos.

Questão de partida:

-Qual é a opinião dos professores do EBI, das monitoras, dos pais e dos técnicos do Ministério da Educação sobre o acesso ao 1º ano do Ensino Básico das crianças com 6 anos sem a frequência no pré-escolar?

Objectivo geral:

Conhecer a opinião dos professores do Ensino Básico Integrado, das monitoras dos jardins infantis, dos técnicos e dos pais sobre o sucesso no ensino aprendizagem das crianças que frequentam o ensino pré-escolar e as que não frequentam.

Objectivos específicos:

- Analisar o plano de estudo do ensino pré-escolar em Cabo Verde;
- Comparar o grau de aproveitamento das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar com as que não frequentaram: o caso da escola de Vila Nova;
- Analisar as opiniões dos inquiridos (professores, monitoras, e pais) sobre a importância do ensino pré-escolar na zona de Vila Nova;

Atendendo a natureza do tema, utilizamos uma metodologia de carácter descritiva pois o trabalho

teve como objectivo essencial descrever, ainda que de forma não aprofundada as opiniões de uma determinada população.

Aplicamos questionário aos professores da escola básica de Vila Nova que trabalham com a 1ª fase (1º e 2º ano), às monitoras de dois jardins infantis também da capital, sendo um jardim público e outro privado e aos pais/encarregados de educação das crianças que frequentaram o jardim infantil e das que não frequentaram o jardim infantil. Às crianças do ensino básico acima referido aplicamos um teste de conhecimento.

Aos técnicos do Ministério de Educação para a área do ensino pré-escolar elaboramos uma entrevista.

Para isso utilizamos dois enfoques de pesquisa: qualitativa e quantitativa, pois estes se completam.

Situando-nos ainda neste contexto, o nosso trabalho encontra-se estruturado fundamentalmente em duas partes, a parte teórica e a parte prática.

A primeira parte que corresponde a revisão bibliográfica é constituída por dois capítulos. O primeiro capítulo compreende, a evolução do ensino pré-escolar em Cabo Verde, a importância do ensino pré-escolar em Cabo Verde, a legislação e os normativos da educação pré-escolar em Cabo Verde, e a situação actual do ensino pré-escolar em Cabo Verde. O segundo capítulo é o capítulo em que pretendemos detalhar um pouco sobre a importância do ensino pré-escolar nas várias vertentes.

A segunda parte do trabalho corresponde a metodologia do trabalho e é constituído também por dois capítulos, em que iremos fazer uma pequena abordagem sobre a fundamentação metodológica, caracterizar as amostras utilizadas, caracterizar e descrever os instrumentos utilizados para a investigação e apresentar os procedimentos seguidos. Finalmente procedemos à análise e discussão dos resultados obtidos.

Na conclusão reflectimos sobre o estudo realizado, apontando algumas recomendações que podem contribuir para a melhoria do ensino pré-escolar em Cabo Verde.

CAPÍTULO I- O ensino pré-escolar em Cabo Verde

(...) a educação pré-escolar actuava no período mais sensível do desenvolvimento e da aprendizagem, que são os primeiros anos de vida ,que tinha uma finalidade em si mesmo, enquanto desenvolvimento da criança, mas que, também gerava efeitos positivos na sequência do processo de aprendizagem no ensino fundamental. (DIDONET, 2006)

1- Evolução do ensino pré-escolar em Cabo Verde

A educação de infância é uma prática com raízes no século XIX. A industrialização das sociedades trouxe consequências, nomeadamente a entrada da mulher no mundo do trabalho e o estabelecimento de novas relações familiares. Estes fenómenos fizeram emergir a necessidade de serviços de guarda e cuidados infantis que, deste modo, impulsionaram a criação de instituições para as crianças.

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

As primeiras instituições, de acordo com Plaisance e Rayna (1997), citado por Carvalho (2002), surgiram na Europa, tendo sido inicialmente designadas *infant schools*, *écoles maternelles*, *creches*, ou *kindergarten*.

A expressão «educação pré-escolar» só se torna mais corrente com a criação da organização mundial para a educação pré-escolar ocorrida em 1948. Mialaret (1979),

A educação, como processo, tem início desde muito cedo e desenvolve-se, durante toda a vida, por fases interdependentes, mas cada uma com a sua especificidade

Na história de Cabo Verde, a preocupação com o acolhimento de crianças em idade pré-escolar existe há algumas décadas. Antes da independência do país, nomeadamente, na década de 60, já havia uma preocupação com a educação infantil e ocorreram as primeiras iniciativas, embora de forma informal, com objectivo de responder às necessidades dos pais, sobretudo dos meios sociais mais desfavorecidos.

A evolução da história da educação pré-escolar em Cabo Verde, assim como na maioria dos países, passou por diferentes fases que acompanharam as mudanças sócio - políticas e económicas do país. Em Cabo Verde, teve três momentos importantes que correspondem às seguintes fases.

1ª fase - 1960 a 1975;

2ª fase - 1975 a 1989;

3ª fase - nos anos 1990

Segundo Monteiro, (s/d), em Fevereiro de 1964 foi publicada uma portaria (2038) que determinou a criação de classes preparatórias nas colónias portuguesas com o objectivo prioritário de familiarizar as crianças com a língua portuguesa de modo a prepará-las para a entrada no ensino primário. Em 1968 houve a generalização do ensino pré-primário como parte integrante da escola primária em todos os concelhos, dando a cobertura a cerca de 6606 crianças nesse ano e 16574 crianças em 1974 /1975. Funcionava nos mesmos estabelecimentos do ensino primário. Naquela época, os responsáveis pela educação das crianças nessa etapa deveriam ser habilitados com a quarta classe e ter uma preparação pedagógica de curta duração, pelo que passaram a ser denominados de monitores de infância.

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

Com a independência do país, o ensino pré-primário, que era ministrado pelas instituições religiosas e privadas foi excluído do sistema oficial por falta de recursos humanos e materiais, (Monteiro, s/d)

O reconhecimento legal com a designação do termo educação pré-escolar aconteceu nos finais do ano 1976 e iniciado na década de 80 com a criação de alguns jardins infantis pelo Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade, actual Fundação Cabo-verdiana de Solidariedade.

Segundo Monteiro, (s/d), essas instituições eram destinadas às crianças provenientes das famílias mais desfavorecidas, dando assistência e educação às crianças que ficavam abandonadas nos lares em que a mãe trabalhava fora de casa. A estas crianças para além da educação, eram prestados cuidados mínimos no domínio de alimentação e saúde.

Assim, como o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade havia algumas organizações não governamentais (ONGs) como a Cruz Vermelha, a Organização das Mulheres de Cabo Verde

(OMCV), a Igreja Católica e o Instituto Acção Social que tinham alguns jardins- de-infância (cerca de 9) em vários concelhos. Nesse mesmo ano o Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade (ICS) formou as primeiras monitoras de infância no país. A partir desta data houve um crescimento quantitativo de estabelecimentos pré-escolares, administrados na sua maioria por ONGs e particulares.

Em 1990, através da publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo-Lei 101\III\ 90 de 9/12/1990 foi considerado a educação pré-escolar como sendo um dos subsistemas do sistema educativo e com os seus objectivos já definidos. Nessa década o ensino pré-escolar teve uma evolução bastante positiva. Segundo o Ministério da Educação no ano de 1990 Cabo Verde tinha cerca de 203 jardins-de-infância, correspondente a taxa de cobertura de 40%. Já em 1999 havia cerca de 384 jardins, que representa uma taxa de cobertura de 52,5%. Esse aumento significativo de jardins infantis deve-se, segundo Monteiro, (s/d) «a um aumento de procura dos jardins devido a factores vários ligados ao desenvolvimento económico e social (aumento do número de mulheres que trabalha fora do lar, cresce o número de mulheres chefes de família, dificuldades económicas em pagar a alguém para tomar conta de filhos pequenos, etc.)».

Apesar da evolução positiva registada pela taxa de cobertura dos jardins-de-infância, é preciso referir que a maioria é privada, o que penaliza as crianças de estratos sociais mais desfavorecidos.

Com objectivo de promover a igualdade e oportunidade entre as crianças foram criadas várias instituições, sobretudo por parte dos responsáveis pelos municípios ou seja os jardins – de - infância passaram a pertencer as Câmaras Municipais.

O controlo dos jardins existentes no país levou à criação de um núcleo de coordenação nacional em 1992 sob a dependência da Direcção Geral do Ensino.

Em 1994 foi organizado um encontro nacional para reflectir a situação da educação pré-escolar no país. Dois anos depois foi publicado O Programa Nacional para a Educação Pré-escolar e foram realizadas várias acções de formação da curta duração. Nesse mesmo percurso foi publicada a nova Orgânica do Ministério da Educação, que criou a (DEPEB), e traçaram-se algumas metas para o ensino pré-escolar:

- Elaboração do perfil e actividades e coordenação pedagógica para os diferentes concelhos;
- Elaboração de normas de funcionamento;
- Realização de um diagnóstico com vista a elaboração de um plano de desenvolvimento;
- Revisão do programa nacional publicado em 1996;

Preocupados com a qualidade desse nível foi desenvolvido em regime experimental o primeiro curso de educadores da infância pelo Instituto Pedagógico da Praia.

Com a disseminação dos jardins infantis por todo o país e com cerca de 19800 crianças, a maioria destas crianças pertencia ao grupo etário dos 4 aos 5 anos, foi publicado, em 2000/2001 o Guia de Actividades Curriculares para Educação pré-escolar e cadernos de apoio as actividades nos jardins de -infância. Mas é de salientar que as actividades programadas e publicadas estão direccionadas para as crianças da faixa etária dos 4 aos 6 anos visto que é o período que corresponde a pré-escolarização e é mais valorizado. As actividades para a faixa etária dos 0 aos 3 anos não têm figurado nos planos nacionais de educação, organizado de acordo com os diferentes níveis que integram o sistema educativo.

Segundo o Plano Estratégico para a Educação (2003:21), nos últimos anos, o sector tem sofrido alguma instabilidade com o termo da ajuda ao pré-escolar por parte de algumas ONG's e organizações de cooperação, passando a gestão de um grande número de jardins-de-infância para a

alçada das Câmaras Municipais sem que para tanto tivessem sido tomadas as necessárias medidas de apoio.

Para além das câmaras Municipais, os jardins-de-infância pertencem a outras identidades diferenciadas, permitindo a existência de uma diversidade estrutural, logística e financeira, levando a uma grande discrepância nesses parâmetros. No entanto no que concerne ao objectivo geral do jardim-de-infância, todas as identidades caminham para o mesmo fim: "O jardim-de-infância é considerado como um estabelecimento de educação que presta serviços orientados para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança, proporcionando-lhes actividades educativas complementares de apoio à família." (MEVRH, 2003,P.8).

A partir de uma mesa redonda realizada em 2003 sobre a pequena infância, é que se começou a investir na formação dos educadores, desenvolveu-se o curso de qualificação em exercício de monitores de infância e foi implementado o Projecto de Abordagem Integrado da Pequena Infância.

Em 2004 os jardins infantis eram concentrados sobretudo nas áreas urbanas: Praia, Mindelo e Santa Catarina. E o menor número persistia nos concelhos mais rurais de Mosteiros, Paúl, Boa Vista e Maio.

O nível de qualificação das monitoras e das orientadoras existente no país tem influenciado bastante a qualidade do serviço prestado a nível do pré-escolar em Cabo Verde tanto a nível do ensino privado como do ensino público. E segundo, Monteiro (s/d) a prática educativa de uma maneira geral tem sido rotineira e muitas vezes contrária às necessidades de desenvolvimento harmonioso e integral da criança, fazendo com que esta muitas vezes seja "uma educação para a obediência, a ordem e o silêncio". De acordo com o Plano Estratégico apenas 5% dos agentes educativos têm a formação suficiente e adequada. Esse deficiente enquadramento e acompanhamento da educação pré-escolar contribuem para a fraca eficiência do sistema, condicionando a preparação para o ensino básico.

Monteiro (s/d), através das suas pesquisas afirma, que, "os jardins, particulares ou sob a tutela de ONG's e projectos que atendem crianças de meios sociais mais favorecidos e que localizam nos centros urbanos, contam com educadores mais qualificados, em numero mais proporcional às crianças atendidas, e dispõem de mais recursos financeiros".

Nos últimos tempos tem vindo a desenvolver a política relativa ao sector pré-escolar, nomeadamente, nos domínios de formação específica para os agentes da pequena infância. No ano lectivo 2005\2006, desenvolveu-se pela primeira vez em Cabo Verde o curso superior de educação de infância pelo ex. ISE e a nível médio pelo IP. Mesmo assim os jardins – de - infância tem contado só com as orientadoras (com nível académico que varia entre 4º e o 12º ano) e as monitoras (também com nível académico variado, mas com alguma formação específica de curta duração na área, ministrada pelo MEVRH).

Segundo o Plano Nacional de Acção de Educação para Todos (2002:23) ”a não assunção por parte do Ministério da Educação desse nível de formação, situação esta que leva a que cada interveniente actue de forma indiscriminada, por falta de orientações pedagógicas e de normas claras de funcionamento; a não clarificação entre as competências dos diferentes intervenientes, nomeadamente a nível do poder central e dos municípios; o crescimento da rede física sem obedecer os requisitos mínimos de funcionalidade nomeadamente em termos de estrutura física, condimentações de higiene e saneamento; a coordenação insuficiente resultando uma situação de certa forma caótica em termos pedagógicos e de resultados, a falta de recursos humanos qualificados; a insuficiência de recursos financeiros e materiais para acompanhar e controlar as condições de funcionamento de jardins; o desfasamento entre as necessidades em quadros necessários e o perfil dos quadros, tem contribuído para que a maioria dos jardins infantis não atingissem os níveis desejados.”

Ainda o mesmo documento afirma que num grande número de jardins em Cabo Verde a componente pedagógica é negligenciada, o que irá influenciar na sua qualidade de credibilidade, quer a nível dos jardins públicos, quer a nível dos privados. Esse factor influencia muitas vezes o atendimento prestado às crianças dos meios sociais mais desfavorecidos, sobretudo as dos meios rurais, permitindo um atendimento menos qualificado, quer no que respeita à qualificação dos educadores quer no que concerne às instalações de acolhimento.

Dos vários jardins-de-infância existentes no país, eles diferem quanto às instalações físicas, aos recursos materiais, à população atendida, à mensalidade, e a qualificação académica e profissional do pessoal.

Segundo o Anuário da Educação 2008/2009, 22191 crianças a nível nacional se encontram matriculadas no ensino pré-escolar nesse ano lectivo, apesar da aprovação do Decreto-lei

nº37/2008 de 24 de Novembro que determina que a entrada de crianças no 1º ano do ensino básico com 6 anos dependia da sua frequência no ensino pré-escolar pelo menos durante 2 anos.

O Decreto-Lei nº37/2008 que veio generalizar o ingresso de crianças no 1º ano do ensino básico com 6 anos independentemente da sua passagem pelo jardim-de-infância de modo a assegurar a igualdade no acesso aos benefícios da educação a todas as crianças, continua a representar um quadro de desigualdade de oportunidades, na medida em que uma boa parte de crianças em que os pais apresentam um nível sócio-económico e académico desejado, entram no ensino básico integrado já com uma passagem pelo ensino pré-escolar. A outra parte desse grupo, em que as famílias apresentam uma certa carência sócio-económica e não teve a oportunidade de acesso aos jardins, entra o ensino básico sem beneficiar das actividades de socialização em ambiente educativo e de preparação para a iniciação escolar.

Embora o nosso sistema educativo já tenha generalizado o ingresso de todas as crianças, com 6 anos no ensino básico integrado, seria bom que o governo fizesse uma campanha de sensibilização à população de modo a ter a consciência sobre a grande importância que o ensino pré-escolar tem no desenvolvimento harmonioso da criança.

1.1- A importância do ensino pré-escolar

De acordo as Orientações Curriculares para a Educação pré-escolar (2002:15),” a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve-se estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em sistema a sua plena inserção na sociedade com ser autónomo, livre e solidário”. Esse nível de ensino tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até aos seis anos de idade, em todos os seus aspectos (físico, intelectual, psicológico e social).

Uma vez que as crianças em idade pré-escolar apresentam, características e necessidades diferenciadas das demais idades, deve-se procurar tornar acessível a educação infantil a todas as crianças a fim de ajuda-las no seu desenvolvimento e na sua socialização.

Montessori (1980, pag.13) defende que criança ao nascer é dotada de um impulso vital que a conduz, num ambiente adequado, a uma evolução e ao amadurecimento. Desse poder vital, desse impulso interior depende o seu desenvolvimento. Daí a necessidade de deixar-se a criança construir-se, livre de pressões, para transformar-se em adulto. Se o impulso vital é primordial, o desenvolvimento, entretanto, não se realiza sem que a criança disponha de factores externos “educadores”, que favoreçam a construção de sua personalidade.” Ainda a autora defende que quanto mais adequadas forem as condições do meio e quanto menos houver interferência de obstáculos, a vida e o desenvolvimento do ser será mais fácil e mais integralmente harmonioso.

Dada a importância que o ensino pré-escolar tem trazido no desenvolvimento da criança, assim como no desenvolvimento dos pré-requisitos para a frequência no ensino básico, esse nível de ensino passou a ser valorizado de forma universal, e é -lhe atribuído o papel importantíssimo no preparo da criança para a alfabetização. O início da escolarização de criança exige que ela esteja desenvolvida em todos os sentidos, pois este processo apresenta novas etapas, e a criança deve estar preparada para vencê-las.

Mas é de salientar que para uma criança seja alfabetizada, é preciso que ela passe antes por uma série de etapas em seu desenvolvimento, tornando-se preparada para a aprendizagem da leitura e escrita. Isso acontece no período preparatório ou fase pré-escolar, que é uma etapa fundamental para o desenvolvimento da criança porque é nessa etapa que a criança precisa antes de tudo ter uma auto-estima elevada, precisa estar bem emocionalmente, ter segurança e auto-confiança para poder enfrentar as dificuldades que o 1º ano do ensino básico irão lhe impor.

"Não nos cansaremos de insistir em que o último ano do ensino pré-escolar e o primeiro ano do primeiro ciclo serão cruciais para o futuro escolar da criança. Normalmente, os primeiros fracassos escolares detectam-se na etapa seguinte, a partir dos nove anos, mas têm a sua origem e a sua «melhor solução» em anos anteriores."

(Soares e wong, 2010,pag.180)

Raposo (1984), afirma que uma das grandes implicações pedagógicas que podemos retirar da teoria piagetiana é que a educação pré-escolar constitui a base das aprendizagens posteriores, ainda segundo o mesmo autor as aquisições de um determinado estágio preparam e são o suporte das aquisições posteriores, a ausência de determinadas aquisições no estágio devido terá

repercussões negativas nos estádios seguintes.

Para ele, a educação pré-escolar permite às crianças atingirem certas pré-operações que se não forem alcançadas vão dificultar nas aprendizagens posteriores.

Por exemplo, a criança só chega à noção do número, através de uma síntese entre as operações de inclusão de classe¹ e de seriação². Por isso no ensino pré-escolar, antes dos exercícios de contagem, devem desenvolver-se exercícios de agrupamentos de objectos com base nas semelhanças e nas diferenças. Tendo os objectivos do ensino pré – escolar em consonância com o processo de educação e de formação ao longo da vida, da qual a educação de infância se constitui como o primeiro momento, Correia (1981,citado por Carvalho 2002,pag.90) afirma que”a educação pré-escolar é o início de um processo de educação permanente”, pelo que não há necessidade de priorizar as aprendizagens estritamente formais, até porque segundo o argumento de Vasconcelos (1990, citado por Carvalho 2002),”não há investigação que aponte para a necessidade de ensino formal precoce”.

Para isso, importa, criar ambientes ricos, que ofereçam à criança amplas oportunidades de conhecer e vivenciar experiências diversificadas que lhe permitam um desenvolvimento global.

O ensino pré-escolar para além de facilitar o processo de socialização da criança, deve ainda promover um bom desenvolvimento motor e dominância lateral definida. Isso significa segundo a opinião de Lima (2009) num dos seus artigos publicado sobre a importância da pré-escolar, que” a criança deve brincar muito, exercitar-se através de jogos e brincadeiras que estimulem as percepções sensoriais (gustativa, olfactiva, visual, táctil e auditiva). Segundo ela a criança nesse período denominado de período pré -operatório deve apresentar um bom desenvolvimento da coordenação motora fina. A criança se desenvolve nessa área quando o jardim lhe apresentar condições para o desenho, pintura com todos os tipos de lápis, pincéis, quando é estimulada a usar tesouras, a pintar com os próprios dedos, quando rasga, amassa ou pica papéis, enfim são várias actividades que a criança possa fazer que limitam mais o uso das mãos associadas ao raciocínio, a percepção sensorial e a concentração.

¹ Compreensão da relação entre o todo e as suas partes

² Capacidade de ordenar itens de acordo com uma dimensão

Tendo todas estas situações de aprendizagem que ocorrem no ensino pré-escolar é importante que as crianças frequentem o jardim-de-infância, visto que a educação pré-escolar visa a criação de condições para satisfazer as necessidades básicas da criança, oferecendo-lhe um clima de bem-estar físico, afectivo, social e intelectual, mediante a proposição de actividades lúdicas que levam a criança a agir com espontaneidade, estimulando novas descobertas e o estabelecimento de novas relações a partir do que já se conhece. A criança nessa etapa deve vivenciar situações de desafios e prazer na expectativa de adquirir habilidades que possibilitem através do lúdico o desenvolvimento de esquema corporal percepção espaço - temporal, lateralidade e outras informações sobre noção de cálculos e de iniciação da leitura.

Com uma boa orientação dos educadores as crianças adquirem a confiança necessária á tomada de decisões, ao desenvolvimento de competências e de auto-estima.

Piaget (1962), Feuerstein (1975), alegam que em vez de ver a criança como uma esponja que os adultos debitam informação para que ela depois a possa reproduzir de uma forma memorizada ou repetitiva, é antes necessário ver criança como agente de assimilação dinâmica, mais do que um receptor, ela deve ser encarada com uma geradora e uma criadora de conhecimento de atitudes e competências e nunca uma reprodutora de modelos adultos.

Para além das afirmações dos diferentes autores já referidos é de salientar que a importância do pré-escolar é de conhecimento de todos, pelo que merece uma preocupação de todos, em particular do governo e da própria família.

1.2- A importância do ensino pré-escolar em Cabo Verde

«O que se faz agora com as crianças é o que elas farão depois com a sociedade.» (Karl Mannheim)

Segundo o Plano Estratégico para a educação (2003:15), Cabo Verde vem acompanhando o movimento internacional de consciencialização sobre os efeitos benéficos de uma educação precoce, conforme comprovam actividades levadas a cabo, tendo como destinatário as crianças no quadro de programas de intervenção social da iniciativa de departamentos governamentais e

organizações diversas da sociedade civil.

Em consonância com a importância concedida às crianças a nível internacional, Cabo Verde realizou e vem realizando várias actividades para debater temas sobre a pequena infância. Várias discussões e interpretações foram feitas e oficialmente legalizadas pelo governo. Mas é de realçar que continuam a existir constrangimentos e obstáculos que possam levar a diversas estagnações e dificuldades no desenvolvimento da criança.

A ausência de uma política bem definida para este sector, a falta de articulação entre as instituições e a inexistência de uma estrutura coordenadora, são os factores fundamentais que influenciam a qualidade educativa no sector pré-escolar em Cabo Verde.

A necessidade da existência de um plano de estudo estruturado de acordo com as necessidades reais das crianças cabo-verdianas no período pré-escolar é de conhecimento das entidades governamentais do país, de modo que através do Plano Estratégico para a Educação, defendem que “a melhoria da qualidade educativa baseada no aumento à eficiência, eficácia e equidade do sistema educativo, será alcançada através da reformulação do enquadramento e acompanhamento da educação pré-escolar.”

Melhorar e consolidar a educação pré-escolar, de forma a criar as condições para a sua generalização é também mais um dos princípios defendido pela política educativa governamental. Mas analisando estes princípios educativos tanto da política educativa como do Plano Estratégico conclui-se que na realidade a tal generalização programada veio acontecer no ensino básico e não no pré-escolar, tornando assim esse nível de ensino cada vez menos importante sobretudo para os pais que acreditam que o jardim infantil é apenas um lugar para “brincar” ou ainda uma instituição que apenas tem a missão de fornecer o “passaporte” para o ingresso no ensino básico integrado.

Falar da generalização do acesso das crianças ao ensino básico com 6 anos de idade, independentemente, da frequência no jardim-de-infância é suscitar uma série de questões sobre a situação do ensino pré-escolar no país, uma vez que todas as conferências, interpretações legais, mesas redondas e entre outras foram enfatizadas pelas normas, leis declarações, objectivos que protegem a pequena infância sobretudo as que se encontram no período pré-escolar (4-6anos).

O Decreto-Lei nº5/2001 de 1 de Fevereiro que define que “a educação pré-escolar enquadra-se nos objectivos de proteção da infância, consubstancia-se num conjunto de acções articuladas com a

família, visando por um lado o desenvolvimento da criança e por outro a sua preparação para o ingresso no sistema escolar”, deixou de ser válido?

Será que é no ensino básico que a criança irá ter a oportunidade de observar e explorar o ambiente, de modo a despertar a curiosidade e o prazer pela descoberta?

Onde está a tal importância do ensino pré-escolar na socialização da criança, no desenvolvimento da estabilidade e segurança afectiva que tanto se falou e ainda e fala?

Pode-se considerar a medida adopta pelo decreto-lei nº37/2008 como uma medida de correcção em termos de igualdade e oportunidade, mesmo sabendo que o desenvolvimento da criança se processa por etapas e de modo sequencial?

De acordo com as pesquisas realizadas, existe um ritmo no desenvolvimento da criança, ritmo este variável de acordo com a densidade de estímulos que o ambiente oferece. A família assim como os jardins-de-infância são os responsáveis por tal desenvolvimento que ocorre nessa fase denominada por Piaget de período pré-operatório e que segundo ele é uma etapa primordial e que não deve ser pulada, a fim de não prejudicar a criança.

O artigo 3º do Decreto-Lei nº4/2001, apresenta como objectivos, apoiar o desenvolvimento equilibrado das potencialidades da criança, dando resposta às suas necessidades de modo a obter efeitos positivos no desenvolvimento de cada criança. Esse desenvolvimento só será atingido se houver uma parceria entre a família e o jardim, criando no jardim espaço físico com condições que possibilita à criança à observação e a compreensão do meio que a cerca, devendo o jardim infantil constituir um espaço de exploração e observação do ambiente de modo a despertar a curiosidade e o prazer pela descoberta. Mas o que se constata na realidade, muitos dos nossos jardins não respondem as expectativas e as normas transcritas nas leis. Isso deve-se ao facto do ensino pré-escolar em Cabo Verde ser um subsistema mais recente e que, apesar de ser reconhecida como importante no desenvolvimento harmonioso e integral da criança, ainda não beneficiou de uma evolução significativa em termos de realizações concretas.

O artigo 29º da convenção sobre os direitos da criança define que um dos objectivos da educação é promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos dons e aptidões mentais e físico na medida das suas potencialidades, uma vez que a educação pré-escolar é vista com a primeira e fundamental etapa da educação básica no processo da educação ao longo da vida é inquestionável

que a frequência das crianças no pré-escolar é uma mais-valia para a etapa seguinte e traz sempre consequências positivas na criança a longo prazo. Tendo em conta a grande importância que o pré-escolar traz no desenvolvimento integral da criança e na aquisição dos pré-requisitos para a entrada no Ensino Básico Integrado, ainda o nosso Ministério da Educação não reconhece esse subsistema como tal, uma vez que a frequência das crianças nesse nível de ensino é facultativo.

Actualmente ao contrário de umas décadas atrás o acesso à entrada de crianças com 6 anos no 1º ano do Ensino Básico Integrado está generalizado sem que as crianças passassem pelo jardim-de-infância durante os dois últimos anos. Na verdade essa generalização ao contrário das várias opiniões só acontece em termos de idade e serve para criar situações de desigualdades de oportunidades, na medida em que uma boa parte de crianças em que os pais apresentam um nível sócio económico e académico desejado entram o ensino básico já com uma passagem pela educação pré-escolar. A outra parte desse grupo, em que as famílias apresentam uma certa carência socioeconómica e não teve oportunidades de acesso ao jardim, entram no Ensino Básico sem beneficiar das actividades de socializações em ambiente educativo destinados para tal preparação para uma iniciação escolar. Isso veio contrariar os objectivos do ensino pré-escolar, definido através da lei nº 103/III/90 de Dezembro, 1999, artigo 14º.

Segundo o Ministério de Educação Valorização dos Recursos Humanos (2001,8) “O sistema educativo de Cabo Verde reconhece a necessidade de protecção à infância revelando a importância da educação pré-escolar, no desenvolvimento da personalidade considerada em todos os aspectos; na aquisição de competência e desenvolvimento de atitudes nos vários domínios do saber; na familiarização com meio cultural; no desenvolvimento de comportamentos reflectidos e responsáveis; na integração social e escolar, tendo em vista o seu contributo impulsionador o sucesso da escolaridade”.

Esses pressupostos realça cada vez mais a urgência da assunção desse nível de ensino pelo Ministério da Educação em vez de deixar a responsabilidade as autarquias, ONG`S; igrejas e privados.

1.3- A importância da formação adequada do educador de infância

A exigência de um corpo docente, cada vez mais qualificado e com garantias de estabilidade,

prende-se com o desafio de melhorar a qualidade do ensino e os resultados de aprendizagem, com vista à superação dos défices de qualificação da população.

Cabe ao educador de infância estimular a integração da criança no meio envolvente, desenvolvendo as competências e capacidades físicas, emocionais, psíquicas e sociais das crianças que se inserem na faixa etária sobretudo dos 4 anos à idade de ingresso no ensino básico. Estes profissionais são responsáveis pela integração da criança no meio, complementando de certa forma a acção educativa das famílias.

A formação do educador ajuda-o a observar e a compreender de forma individual as características de cada criança de modo a ajudá-la a ampliar os seus conhecimentos e experiências.

Segundo Diogo (1998) o educador é um eterno aprendiz, que realiza uma leitura e uma reflexão na sua própria prática e conhecimento, vivenciando e compartilhando com os alunos a metodologia que está preconizada, propiciando situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens, orientadas para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, numa atitude básica de aceitação, respeito e confiança e o acesso pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural.

Para dar respostas aos novos desafios da sociedade, o educador está destinado a sofrer profundas transformações de modo a ser um profissional de qualidade.

No caso do nosso país em que a educação de infância é uma das áreas mais recentes, e apesar da reconhecida importância, ainda não beneficiou de uma evolução significativa em termos de realizações concretas, muita coisa precisa ser analisada, sobretudo no que tange à formação do pessoal docente.

O Decreto-Lei nº 4/2001 de 1 de Fevereiro, define que “a dinâmica da iniciativa privada e comunitária no estabelecimento e gestão de jardins-de-infância, a igualdade de oportunidade de acesso à educação pré-escolar, a formação de educadores e monitores de infância, a utilização de multimédia na veiculação de conteúdos apropriados para a educação pré-escolar, de entre vários outros aspectos importantes da educação pré-escolar precisam ser regulamentados”.

Quanto a qualificação do pessoal docente, a situação é preocupante pois, de uma forma geral, a maior parte dos profissionais afectos a área apresenta uma fraca qualificação profissional. As poucas educadoras diplomadas com cursos superiores realizados no exterior encontram-se a

trabalhar, como técnicas da educação pré-escolar, nos serviços centrais do Ministério da Educação.

1.4- Legislação e normativos da educação pré-escolar em Cabo Verde

Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo em 1990 (Lei nº103/III/90) é que o ensino pré-escolar em Cabo Verde passou a ser integrado no sistema educativo oficial, com os seus princípios gerais e objectivos bem definidos, marcando assim um importante progresso nesse nível de ensino. A partir dessa época verifica-se a abertura de vários jardins-de-infância no país, com a proliferação de investimentos privados.

No entanto, até hoje, este nível de ensino não dispõe de um quadro legal próprio e quase nada de relevante foi feito, sendo consensual a necessidade de um investimento sério e claro. É urgente uma regulamentação própria e um mecanismo de qualificação dos profissionais que permitam a realização de um trabalho consistente e contínuo ao longo da vida (Carvalho, 2002).

Segundo a Lei de Bases, a educação pré-escolar, numa perspectiva de “formação complementar ou supletiva das responsabilidades educativas da família” (ponto 2 do artigo12º), visa”por um lado o desenvolvimento da criança e, por outro, a sua preparação para o ingresso no sistema escolar” (ponto 1 do artigo13º).

Nessa óptica surgiu o Decreto-Lei nº4/2001 de 1 de Fevereiro, no sentido de regulamentar os artigos 13º, 14º e 15º da Lei nº 103/III/90, de 29 de Dezembro. No artigo 2º desse decreto os princípios básicos são os seguintes:

1-A educação pré-escolar tem como função principal promover o desenvolvimento integral da criança e propiciar o sucesso de aprendizagem, desenvolvendo-se num conjunto de acções articuladas com a família e a comunidade.

2-A educação pré-escolar realiza-se em jardins-de-infância reconhecidas oficialmente para o efeito.

3-A educação pré-escolar organiza-se em 1,2 ou 3 anos de duração, de acordo com a entrada das

crianças nos jardins-de-infância.

4- As orientações curriculares e outros materiais de apoio didáctico-pedagógico são elaborados ou aprovados pelo departamento governamental responsável pela educação pré-escolar.

5- As orientações Curriculares definidas no âmbito do número anterior são referências obrigatórias para o trabalho do educador nos jardins – de – infância.

A nova Lei de Bases do Sistema educativo publicada em 7 de Maio de 2010 (Decreto-Legislativo nº2/2010) define que a educação pré-escolar é facultativa e destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 4 e a idade de ingresso no ensino básico e faz-se em jardins-de-infância ou instituições análogas desde que reconhecidas pelo Estado. O Estado na medida das suas possibilidades financeiras, adopta medidas de incentivo e apoio que permitam a todas as crianças ingressar no ensino básico após frequentarem a educação pré-escolar.

São os objectivos da educação pré-escolar: (artigo17º do Decreto - Legislativo nº 2/2010)

- a) Apoiar o desenvolvimento equilibrado das potencialidades da criança;*
- b) Possibilitar à criança a observação e a compreensão do meio que a cerca;*
- c) Contribuir para a estabilidade e segurança afectiva da criança;*
- d) Facilitar o processo de socialização da criança;*
- e) Promover a aprendizagem das línguas oficiais e, pelo menos, a uma língua estrangeira;*
- f) Favorecer a revelação de características específicas da criança e garantir uma eficiente orientação das suas capacidades;*

Sendo um dos objectivos do pré-escolar “apoiar o desenvolvimento equilibrado e harmonioso das potencialidades da criança e “contribuir para a estabilidade e segurança afectiva da criança,” possibilitar à criança a observação do meio que a cerca,” as Orientações Curriculares preconizam que o jardim-de-infância deve ser considerado como um espaço de desenvolvimento de experiencias motivadoras que mobilizem a curiosidade, o interesse e a participação espontânea da criança. O mesmo documento afirma que a educação pré-escolar deverá propiciar à criança um ambiente acolhedor e seguro, limpo e saudável onde ela possa dispor de espaço suficiente para se

dedicar a diferentes jogos.

Para contribuir para o “desenvolvimento equilibrado e harmonioso das potencialidades das crianças, para se atingir a” estabilidade e segurança afectivas “ e “facilitar o processo de socialização das crianças” as Orientações Curriculares propõem como áreas educativas as seguintes: Desenvolvimento Pessoal e Social, Comunicação e Expressão Conhecimento do Mundo. Essas áreas educativas são concebidas de forma articulada e não como compartimentos estanques de saber e a sua abordagem deve ser globalizante e integrada.

Promover a aprendizagem das línguas oficiais e, de pelo menos, a uma estrangeira é um dos objectivos que a nova Lei de Bases do Sistema Educativo cabo-verdiano preconiza para as nossas crianças no ensino pré-escolar. No nosso entender esse objectivo revela o quanto é importante a aprendizagem das línguas oficiais para o sucesso na aprendizagem. Mas , infelizmente essa prática não se verifica nesse subsistema, tendo em conta que um número insignificante de jardins utilizam o português como língua oficial. Ao nosso ver essa situação complica cada vez mais a introdução de línguas estrangeiras nos jardins-de-infância, uma vez que o pré-escolar é facultativo cada interveniente actue da sua maneira tendo em conta que não existe um plano curricular para esse nível de ensino e a componente pedagógica é negligenciada. Por isso as nossas crianças pouco têm contacto com o português antes de ingressarem no ensino básico.

Para além da Lei de Bases, existem outros documentos, não específicos da educação de infância, mas que, de alguma forma, se referem a ela. Exemplo disso é o Decreto-Lei nº14/97-Lei Orgânica do Ministério da Educação, Ciência e Cultura, que, no art.º 1º confia ao Ministério “fomentar e apoiar a educação pré-escolar, desenvolver e integrar a educação pré-escolar no sistema educativo e promover e real envolvimento das famílias (...) na gestão efectiva dos estabelecimentos de ensino pré-escolar” (Carvalho, 2002, pg. 41).

Outro exemplo é o Decreto Regulamentar nº12/94,que aprova o Regulamento das Escolas de Formação de professores do Ensino Básico. Nesse regulamento, o art.º 6º inclui ao Instituto Pedagógico, em articulação com outros departamentos do Ministério de Educação, a realização de “cursos de formação inicial, em exercício e contínua do pessoal docente da educação pré-escolar”.

Como quadro normativo pedagógico foi elaborado, em 1996,um Programa Nacional que, após um período experimental, se encontra em reformulação.

Segundo Carvalho (2002), na legislação, a designação utilizada é sempre a de educação pré-escolar, termo comum em outros documentos nacionais (PND, Lei Orgânica, etc.) tal como na maioria dos países.

Assim definida, a legislação apresenta aspectos inovadores como o reconhecimento do papel educativo das famílias, a visão integrada de todas as necessidades fundamentais da criança e um alargamento da concepção de educação, apesar de, paradoxalmente, haver a referência à preparação para a escola.

1.5- Situação actual do ensino pré-escolar em Cabo Verde

A história do ensino pré-escola é relativamente recente no País. Embora iniciativas na área existem há mais vários anos, mas foi nas últimas décadas que o crescimento do atendimento às crianças em idade pré-escolar nos jardins-de-infância apresentou maior significação, acompanhando influência internacional. Entre os factores que explicam esta demanda, alguns se destacam:

Em primeiro lugar, podem ser citadas a urbanização, a participação da mulher no mercado de trabalho e as modificações na organização e estrutura da família contemporânea, alargando assim a procura de instituições para o cuidado e a educação das crianças.

Por outro lado, também, o reconhecimento pela sociedade, da importância das experiências da infância para o desenvolvimento da criança e as conquistas sociais dos organismos não governamentais pelos direitos da criança, entre eles, o acesso à educação nos primeiros anos de vida.

A Declaração Universal dos Direitos da Criança, de 1959, a Convenção Mundial dos Direitos da Criança, de 1989, a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo, em 1990 e a Mesa Redonda sobre a “Pequena Infância” em 2003, organizada pela associação dos municípios de Santo Antão em colaboração com o Ministério da Educação e a UNICEF, são marcos importantes, na história da pequena infância em Cabo Verde.

Ao contrário do que se constatou nas décadas passadas em relação à população atendida, que era sobretudo às crianças em idade pré-escolar (4 aos 6 anos), hoje em dia verifica-se uma grande afluência de inscrições de crianças a partir dos 0 anos nos jardins infantis, embora na sua maioria

sem nenhuma condição, nem físicas, nem pedagógicas para acolher crianças nessa faixa etária. Isso mostra que para além do ensino pré-escolar, Cabo Verde também está preocupado com a educação de infância.

A educação de infância considerada como etapa da educação e formação ao longo da vida, tem vindo a evoluir, notando-se uma procura cada vez mais crescente e assunção de diferentes funções pelos jardins -de-infância, ou seja não apenas de guarda das crianças enquanto as mães trabalham como no passado, mas sim há uma preocupação de inserir a criança num grupo e proporcionar-lhe actividades que sirvam para complementar a educação iniciada pela família e pela comunidade.

Para além da vertente social e educativa, o ensino pré-escolar desempenha um importante papel no processo de desenvolvimento harmonioso e integrado da criança nos vários domínios (psicomotor, linguístico, afectivo e social).

Wolfgang Tietze (1990,p.10) escreve”Exige-se hoje em dia dos centros de educação infantil que correspondam de forma integrada a todas as necessidades fundamentais das crianças”.

O fenómeno da emancipação da mulher em Cabo Verde, fez com que nas últimas décadas os jardins-de-infância passassem a receber crianças a partir dos 0 anos, fazendo com que estes funcionam também como creches. A existência dessa situação sobretudo nos centros urbanos e de realce na capital, é importante neste aspecto analisar a Lei de Bases e a própria constituição, para avaliar as competências e responsabilidade das diferentes esferas do governo no que tange ao ensino pré-escolar e a própria pequena infância.

Realçamos que a maioria dos jardins existente no país situam na cidade da Praia, e segundo o Anuário da Educação (2008/2009) contam com 5698 crianças inscritas dos 0 aos 6 anos. Dessas crianças um nº significativo tem a idade compreendida entre os 0 aos 3 anos, e se encontram inscritas sobretudo nos jardins privados.

Actualmente a nível nacional temos cerca de 22191 crianças sob a responsabilidade de 1037 profissionais na sua maioria sem nenhuma formação adequada na área. Essas crianças estão distribuídas em 492 jardins -de-infância com um total de 856 salas a nível nacional (anuário 2008/2009). É importante neste ponto frisar que um grande número desses jardins não é adequado para o desenvolvimento integral da criança, o que significa que não está-se a respeitar os artigos propostos no Decreto-lei nº4/2001, que determina através do artigo 5º que”a todas as instituições que fazem parte da rede pré-escolar devem ser previamente oficializadas pelos serviços

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

competentes do departamento governamental responsável pela educação, através da concessão de um alvará e que para os efeitos da concessão de alvará a entidade gestora deverá enviar aos serviços competentes do departamento governamental responsável pela educação um pedido de oficialização contendo os elementos constantes do artigo 19º do Decreto-Lei nº17/96, de 3 Junho.

Tabela I: Indicadores da Educação Pré-escolar a nível nacional (2008/2009)

Cobertura educativa	Total	Distribuição dos agentes educativos	Freq.	%	Infra-estruturas	Freq.	%
Crianças matriculadas	22191	Educadores	66	6,4%	Adequadas	664	77,5%
Agentes educativos	1037	Monitores	211	20,4%	Inadequadas	192	22,5%
Espaços ocupados	856	Orientadores	760	73,2%	-	-	-

Fonte: Gabinete de Estudos e Planeamento (Anuário da Educação 2008/2009)

Analisando a frequência das crianças nos jardins infantis a nível do país (22191 crianças), com o nº de profissionais distribuídos a nível nacional (66 educadores, 211 monitores, 760 orientadores) pode-se dizer que a formação de educadores de infância é praticamente nula, visto que 73,2% dos agentes educativos não possuem nenhuma formação na área, 20,4% possuem a formação de monitores e apenas 6,4% possuem a formação de educadores. Nesta óptica nota-se claramente que a situação profissional dos agentes educativos a nível do pré-escolar é muito precária, uma vez os agentes educativos que não possuem a formação na área representam uma maioria esmagadora, com 73,2% de profissionais sem formação na área, o que reflecte a carência nos jardins – de infância de pessoal capacitado para desenvolver cabalmente o trabalho educativo a que se propõem.

Segundo a educadora Mónica Rolo, numa entrevista dada à Revista “Educadores de Infância” em

2006, sobre o papel do educador, a formação adequada do educador ajuda-o no cumprimento das suas funções, nomeadamente a de estar atento às capacidades e ritmos individuais, ser paciente e zelar para que a criança ganhe autoconfiança e descubra as suas próprias competências.

Cabe ao educador promover a aprendizagem democrática de modo a criar condições que permitam as crianças viver situações diversificadas de conhecimento, ter a atenção e o respeito pelo outro. Criar condições para que se desenvolvam actividades de cooperação, de decisão comum, de regras colectivas que regem a vida do jardim e distribuição de tarefas necessárias à vida colectiva, são formas de propiciar a aprendizagem da democracia (Monteiro, s/d).

Para dar respostas aos desafios que a sociedade impõe, o Ministério da Educação em parceria com a Universidade de Cabo Verde criou o curso de Licenciatura em Educação de Infância no ano lectivo 2005/2006 e 2006/2007. Mas é de salientar que os recém formados ainda não se encontram enquadrados na área, uma vez que ainda esse nível de ensino não é assumido pelo Ministério da Educação, embora muito se tem falado da sua grande importância no desenvolvimento integral da criança.

Embora a Lei de Bases define que a rede pré-escolar será essencialmente da iniciativa das autarquias locais e de instituições comunitárias, cabendo ao Estado fomentar e apoiar iniciativas de estabelecimento de jardins-de-infância, de acordo com as possibilidades existentes, é necessário focalizar a importância dessa fase educativa na vida das crianças, fazendo com que haja cada vez mais a necessidade de chamar a atenção do governo pela assunção desse subsistema, a fim de garantir a igualdade e oportunidade a todas as crianças, sobretudo as que nascem e vivem em condições socioeconómicas difíceis.

Tendo a educação pré-escolar como a primeira etapa da educação básica no processo da educação ao longo da vida, é aconselhável que todas as crianças com a idade compreendida entre os 3 anos e a idade do ingresso no sistema básico passassem por esse estabelecimento de ensino de modo a desenvolver os pré-requisitos necessários para o sucesso nos primeiros anos do Ensino Básico Integrado, embora o Decreto-Lei nº37/2008 de 24 de Novembro permite a entrada no ensino básico de crianças que completam 6 anos de idade até 31 de Dezembro mesmo sem a frequência do ensino pré-escolar.

Nas condições de Cabo Verde a educação pré-escolar deve ser uma resposta simultaneamente social e educativa dependendo a melhoria da sua qualidade e credibilidade da complementaridade

e coexistência dessas duas vertentes.

(...) A educação infantil para os países subdesenvolvidos transformou-se na rainha da Sucata. O modelo incorporou uma articulação perversa entre espaço inadequado, precariedade de material pedagógico e ausência de qualificação profissional do (a) educador (a), redundando em ambientes educacionais pouco favorável ao enriquecimento das experiências infantis.

Rosemberg (2003,p.180)

Segundo o Plano Estratégico (2003:20) num grande número de jardins infantis a componente pedagógica é negligenciada ou não atinge os níveis desejados por razões várias das quais importa realçar:

- Falta de orientações pedagógicas e de normas claras de funcionamento a nível das diferentes organizações intervenientes no sistema, criando uma situação em que cada interveniente actue de forma indiscriminada;
- A falta de diálogo entre o governo e as autarquias;
- Aumento dos jardins infantis sem que a maioria destes obedecem os requisitos mínimos de funcionalidade, nomeadamente em termos de estrutura física, condições de higiene e saneamento;
- Baixa percentagem de recursos humanos qualificados de modo a influenciar qualidade do nível de ensino;
- A localização de jardins, ignorando as reais necessidades da comunidade, o que conduz, com alguma frequência, à situação de subaproveitamento das estruturas;
- A insuficiência de recursos financeiros e materiais para acompanhar e controlar as condições de funcionamento dos jardins infantis;
- A inexistência de uma carreira profissional para os trabalhadores do pré-escolar.

Mesmo com alguns constrangimentos notáveis, a finalidade educativa parece estar presente, uma vez que, nos últimos anos, tem havido uma procura generalizada, mesmo nas zonas rurais, onde as famílias, muitas vezes numerosas, têm a disponibilidade para se encarregarem das crianças. Isto pode significar um reconhecimento das potencialidades da educação pré-escolar.

Capítulo II- A importância do ensino pré-escolar

2- A importância do ensino pré-escolar na socialização da criança

Sendo a educação pré-escolar um elemento fundamental do desenvolvimento e da educação da criança em todas as áreas da aprendizagem e do desenvolvimento, o jardim deve ter a preocupação permanente com a melhoria da qualidade de educação de modo a garantir a qualidade deste nível de ensino.

Analisando um dos objectivos do ensino pré-escolar que consiste em “facilitar o processo da socialização da criança, devendo o jardim-de-infância incentivar o estabelecimento de vínculos afectivos entre as crianças, ampliando cada vez mais o leque das relações sociais da criança, de modo a apreender e articular os interesses e pontos de vista com os outros, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de solidariedade, partilha, complementaridade”, a educação pré-escolar deverá propiciar à criança um ambiente acolhedor que possa contribuir para o

desenvolvimento equilibrado e harmonia das potencialidades da mesma, fazendo com que esta consiga atingir a estabilidade e a segurança afectiva de modo a facilitar o processo da socialização.

Segundo as Orientações Curriculares, o processo da socialização neste nível de ensino será desenvolvido através da exploração das áreas de actividades como a área do Desenvolvimento Pessoal e Social, Comunicação e Expressão e Conhecimento do Mundo.

Sabendo que a área do Desenvolvimento Pessoal e Social é uma área transversal às demais áreas, ela é considerada como muito importante na vida e ao longo do processo de aprendizagem e aquisição do saber.

Segundo Guia de Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar a área do Desenvolvimento Pessoal e Social compreende às aprendizagens da criança (imagem positiva de si mesmo e os sentimentos de eficácia, segurança e auto-estima), sublinha as finalidades formativas da socialização, numa perspectiva de educação para os valores. Para que essa socialização tenha um impacto positivo cabe ao educador promover vivências positivas de interacção social que levem as crianças a construir as referências para a compreensão dos direitos e deveres inerentes à vida em sociedade.

O desenvolvimento desta área pretende que as instituições passem a oferecer condições para que as crianças aprendam a conviver, a ser e a estar com os outros e consigo mesmas em uma atitude básica de aceitação, de respeito e de confiança. Uma vez que esta área abarca um eixo de trabalho denominada identidade e autonomia torna cada vez mais importante o papel do educador de infância na promoção da socialização das crianças visto que a socialização contribui para o desenvolvimento da autonomia e sentido de responsabilidade.

A instituição de educação infantil deve tornar acessível a todas as crianças que a frequentam, indiscriminadamente, elementos da cultura que enriquecem o socializador, propiciando o desenvolvimento da identidade das crianças, por meio de aprendizagens diversificadas, realizadas em situações de interacção.

Uma formação inicial sólida e consistente e que dê resposta às necessidades das crianças e das famílias, constitui a base do processo de educação e formação ao longo da vida, que é fundamental para se poder enfrentar desafios pessoais e sociais.

Para Monteiro (s/d), começar a inculcar cedo na criança valores morais e sociais desejáveis é que podemos garantir que esses valores serão preservados no futuro. Segundo a autora acima referido,

a preparação de cidadãos activos e capazes de participar numa sociedade democrática, deve começar desde a infância a partir de uma aprendizagem activa e do desenvolvimento pleno das potencialidades das crianças. Na medida em que a formação para a cidadania, vive-se e experimenta-se em cada instante da vida escolar e através de actividades desenvolvidas em contexto muito diversificados e com apoio dos pais que será possível dar atenção à formação de valores fundamentais como a cooperação, a solidariedade, o respeito pelos outros, actos importantes num mundo actual marcado pela violência.

A criança ao sair do jardim-de-infância deverá apresentar características de socialização que lhe ajudarão a saber se portar em grupo, respeitar as pessoas, saber quais são os seus limites, ter disciplina, estabelecer boa comunicação, ir aos poucos adquirindo independência e responsabilidade.

As vivências positivas em grupo proporcionam enriquecedoras experiências que preparam a criança para a sua escolarização futura, para além de proporcionarem o seu desenvolvimento físico, intelectual e afectivo. (Guia de Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar).

«Mais vale sermos expulsos dos convívios dos homens que detestado pelas crianças.» (Richard Dana)

2.1 Relação criança/criança

As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio. Nas interacções que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhes são próximas e com o meio que as circunda, as crianças revelam seus esforços para compreenderem o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam e, por meio das brincadeiras, explicitam as condições de vida a que estão submetidas e seus anseios e desejos (Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil, 1998).

A acção dos jardins-de-infância é de grande importância para o desenvolvimento das crianças, visto que está adequado às necessidades e interesses da criança, mantendo uma forte proximidade com o núcleo familiar. Além do mais, esta instituição é um local, em paralelo com a família, propício para o estabelecimento de relações sociais, sendo que “muitas aprendizagens decorrem de

vivências relacionadas com o alargamento do meio familiar em cada criança, de experiências relacionais e de ocasiões de aprendizagem que implicam recursos humanos e materiais diversos. “ (Orientações Curriculares, 1997).

Uma vez que a instituição de educação infantil, deve oferecer às crianças condições para as aprendizagens que ocorrem sobretudo nas brincadeiras e outras advindas de situações pedagógicas intencionais ou aprendizagens orientadas pelos adultos, é importante ressaltar, porém, que essas aprendizagens, de natureza diversa, devem ocorrer de maneira integrada no processo de desenvolvimento infantil.

No processo de construção do conhecimento, as crianças se utilizam das mais diferentes linguagens e exercem a capacidade que possuem de terem ideias e hipóteses originais sobre aquilo que buscam desvendar. Nessa perspectiva as crianças constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vivem.

Segundo Piaget o pré-escolar é considerado como momento crucial do desenvolvimento da criança e nessa etapa ela tem de manejar impulsos, de moldar frustrações, de produzir iniciativas sócias, de resolver conflitos, de controlar e administrar emoções. Isto significa para Piaget que a criança tem de exibir uma inteligência simbólica.

De acordo com os períodos construtivos da inteligência, a escolaridade pré-escolar corresponde ao pensamento pré - operatório, onde a criança demonstra toda a sua intuição e paralelamente toda a disponibilidade para introduzir estratégias de aprendizagem por tentativas e erros (Piaget 1962).

O bom relacionamento conjugal e familiar é chave do sucesso da interação da criança em qualquer grupo social especialmente no seu próprio grupo ou em qualquer grupo social, especialmente no seu próprio grupo, que é o grupo das crianças.

A família é a célula do desenvolvimento de uma boa interação da criança com outras crianças, sobretudo no pré-escolar, que é o primeiro grupo a enfrentar.

Para que a criança consiga inteirar-se sem nenhuma dificuldade quer seja no pré-escolar ou na comunidade, a família deve proporcioná-la um relacionamento familiar estável onde todos se dão bem, sabem tolerar, dialogar, compreende e aceitar as diferenças dos outros a fim de ela possa valorizar e diferenciar cada um desses valores.

Cabe aos responsáveis do pré-escolar trabalhar no sentido de promover o desenvolvimento de algumas competências e valores já trazidas da família pelas crianças de modo a conseguir um desenvolvimento integral da criança.

2.2- Relação criança/educador

Sendo a educação pré-escolar um complemento da acção educativa da família, cabe ao educador e à comunidade escolar assegurar a articulação entre a instituição de ensino e a família, no sentido de favorecer a formação integral da criança, tendo como objectivo a inserção da criança na sociedade como um ser solidário, cooperativo e autónomo.

Segundo Kramer (1999), o desenvolvimento das actividades pedagógicas na educação infantil devem visar, antes de tudo, o desenvolvimento da autonomia da criança.

É nesta primeira etapa que a criança estabelece uma relação com outras crianças e adultos e aprende a viver numa comunidade caracterizada por regras de conduta e saber estar. Neste contexto da educação infantil, o papel do educador é o de mediar as relações entre as crianças, e não só, também entre a família e o próprio conhecimento.

A criança deve ser compreendida por parte dos adultos e sobretudo pelos educadores como um ser que traz saberes adquiridos, fruto da sua vivência familiar e social. Por outro lado, a participação dos pais no processo educativo implica mudanças positivas, tanto para as instituições escolares e família, como para a criança.

A partir da educação pré-escolar, é possível criar situações de aprendizagens enriquecedoras para a criança e para o educador, potenciando o trabalho cooperativo entre criança/criança e educador /criança.

O sucesso de uma estratégia pedagógica posta em prática pelo educador, através da interacção entre crianças e crianças com os adultos, conduz a formação do indivíduo autónomo, livre e solidário. Desta forma as actividades pedagógicas colocadas em prática sobretudo através das brincadeiras irão ter uma grande influência no futuro escolar da criança, pois a autonomia é uma meta a atingir a partir da relação da criança com o meio, estimulando a iniciativa, a experimentação e a possibilidade de analisar experiência.

O papel do educador é importante na transmissão do afecto, pois, ele passa uma boa parte do tempo com as crianças. Em certos momentos como na hora do conto há uma grande envolvimento afectiva entre este e as crianças. Essa envolvimento passa pela sua proximidade com às crianças, o seu tom de voz, pela sua expressão facial, pelos gestos decorrentes durante esta actividade o que transmite segurança, apoio e confiança às mesmas.

A relação individualizada que o educador estabelece com cada criança, facilita a sua inserção no grupo, exigindo assim a criação de um ambiente acolhedor em que cada uma conhece e onde se sente valorizada.

Considerando o jardim-de-infância como um espaço de interacção entre o adulto e a criança, o papel do adulto não deve passar apenas em pôr as crianças em actividades, mas sim ele como um orientador precisa de demonstrar como um parceiro nesse processo de aprendizagem, que deve ser um ambiente de plena partilha, em que há reciprocidade entre o adulto e a criança. O papel do adulto não deve ser o de dirigir e controlar a actividade mas apenas de apoiar, e as crianças devem ser sujeitos activos do processo de aprendizagem construindo assim o seu próprio conhecimento e a sua própria identidade.

Bowlby (1969, 1973, 1980 citado por Schaffer, 1996), defende que está provado que as crianças desenvolvem as suas vinculações normalmente com as pessoas que estão mais perto delas, como as que cuidam delas, em virtude da sua herança genética. Sendo assim, considera-se esse elo de grande importância para o desenvolvimento seguro e confiante da criança, dotando-a de requisitos necessários para enfrentar o mundo e resolver os seus problemas.

O afecto transmite à criança segurança, apoio, confiança e autonomia (Dehant; Gille: 1974)

3-Papel do educador na formação integral das crianças

A educação é por sua própria natureza intervenção. Esta intervenção é necessária para que a criança desenvolva todas as suas capacidades e a personalidade e se aproprie das normas sociais, da linguagem do grupo e da sociedade na qual se insere. Intervir não consiste em dirigir ou

controlar mas consiste em adulto, através de diversas situações, oferecer à criança condições propícias para ela utilizar de forma eficiente as suas capacidades.

Para intervir de forma capaz é necessário que os educadores sejam capazes de fazer uma avaliação positiva das capacidades das crianças e de lhes reconhecerem o direito de acordo com o meio e as suas exigências.

Segundo Monteiro (s/d), a intervenção educativa tem por finalidade seleccionar e coordenar os estímulos reforçando a influência de factores propícios e ajudar a encontrar novos factores favoráveis contribuindo para melhorar a qualidade da experiência pessoal. Para a autora é necessário que o educador tenha em consideração que brincar constitui uma forma privilegiada de aprender, que o ambiente lúdico é o mais adequado para envolver criativamente a criança no processo educativo.

Cabe ao educador ter sempre em conta as características do próprio sujeito da aprendizagem, isto é, da criança, valorizando as suas capacidades cognitivas e as motivações, o nível de desenvolvimento biológico, os padrões de adaptação e relação interpessoal e ainda as características efectivas do ambiente da criança.

Um educador reflexivo deve ter sempre presente o meio em cada criança que vive para se elaborar planos de trabalho de modo a ter em conta os problemas quotidianos que as crianças enfrentam. Por conseguinte deverá ter o cuidado de adequar a actuação educativa, às necessidades e ritmos próprios de cada criança.

Para Monteiro (s/d), "o educador deve partir do princípio de que a criança é um ser humano completo e que, embora dependente do adulto para sobreviver e crescer, é um ser activo e capaz, motivado pela necessidade de ampliar os seus conhecimentos e experiências e por isso, o educador deve partir da observação atenta do aluno, deixando que este actue em situações naturais e espontâneas, inicialmente, e propondo, posteriormente, tarefas específicas".

Na organização do trabalho educativo, o educador deve partir dos conhecimentos prévios das crianças e das suas competências actuais pois, as crianças devem ser encorajadas a desenvolver as suas próprias capacidades. O papel de educador não é só fazer com que a criança aprenda mas também, fazer com que ela compreenda e saiba usar aquilo que aprende. Deve partir do conhecimento do ambiente familiar e social de pertença da criança.

O educador deve ter consciência clara das intenções educativas que norteiam o seu trabalho para poder planificar e fazer a avaliação do mesmo.

Fazendo da prática educativa um objecto permanente de reflexão o educador acaba por compreender as razões e as consequências da sua actuação. Através dessa reflexão, o educador estará em condições de conhecer muito bem o mundo psíquico da criança, o seu modo de raciocinar, ver e de sentir a realidade, de inventar sistemas de representação e de organizar experiências, de reagir às situações sociais, bem como conhecer quais são as necessidades, interesses e aptidões naquilo que para ela é verdadeiramente importante.

Conhecendo a criança e a sua evolução o educador poderá diferenciar a prática pedagógica e assim alargar os interesses das crianças e desenvolver todas as suas potencialidades.

Segundo Kramer (1999), o desenvolvimento das actividades pedagógicas na educação infantil devem visar, antes de tudo, o desenvolvimento da autonomia da criança.

É nesta primeira etapa que a criança estabelece uma relação com outras crianças e adultos e aprendem a viver numa comunidade caracterizada por regras de conduta e saber estar. Neste contexto da educação infantil, o papel do professor é o de mediar as relações entre os alunos, a família e o conhecimento. A criança deve ser compreendida por parte do professor como um ser que traz saberes adquiridos, frutos da sua vivência familiar e social. Por outro lado, a participação dos pais no processo educativo implica mudanças positivas, tanto para as instituições, escola e família, como para a criança.

Segundo Vigotsky o indivíduo não pode construir conhecimento novo sem uma estrutura, um fundamento, de aprendizagem prévia. Para ele o indivíduo não pode transpor um expediente de aprendizagem sem algum conhecimento anterior cognitivamente relacionado, a fim de conectar e suportar a nova informação. (http://pt.wikipedia.org/wiki/zona_de_desenvolvimento_proximal)

A boa educadora sabe utilizar seu apoio afectivo apreciado pelas crianças para organizar ambiente de sociabilidade agradável (Marinho, (1967). O educador é modelo para as suas crianças e cabe ao educador saber lidar, passar os conteúdos e saberes adequados para os seus educandos.

Piaget (1896 – 1980) refere que «a partir da educação pré-escolar é possível criar situações de aprendizagem enriquecedoras para a criança e para o professor, potenciando o trabalho cooperativo entre aluno – aluno e professor – professor». O sucesso de uma estratégia pedagógica posta em prática pelo professor, através de diversos recursos, conduz à vontade de partilhar a

experiência com outros professores, generalizando métodos de trabalho de sucesso e grande impacto no mundo do ensino.

Desta forma as actividades pedagógicas colocadas em prática pelo professor irão ter uma grande influência no futuro escolar do aluno, pois a motivação gerada, promove o gosto pela escola, catalisando práticas inovadoras no contexto escolar.

Piaget (1896) compreende que o papel do professor é guiar a aprendizagem, fornecer ao aluno as ocasiões de experimentar directamente e de verificar hipóteses.

“Não compete ao professor fornecer a resposta certa, mas sim indicar ao aluno onde procurá-la. O Professor guia, o aluno descobre. O Professor cria as situações estimulantes e orienta, o aluno explora a tateia, decompõe e volta a compor o objecto, desestrutura-o e volta a estruturá-lo.” (Curry, 2005).

Um educador precisa estar sempre atento às crianças para poder ver o comportamento das mesmas, isto porque, assim conhece as dificuldades de aprendizagem dos mesmos e utiliza estes dados para elaborar diagnósticos informativos sobre a melhor forma de ajudar as crianças.

4- Importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento dos pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita

Ao deixar o jardim-de-infância, a criança perde um espaço conhecido, um profissional de referência, rotinas e hábitos instalados e a segurança perante o que conhece e lhe é habitual. A contrapor a estas perdas, ganha expectativas sobre o que a transição lhe pode proporcionar. Se lhe perguntarmos nessa altura por que quer ir para a escola, a resposta será, muito provavelmente, *para aprender coisas novas* e, quase de certeza, *para aprender a ler*. O novo lugar, a escola, está socialmente associado à entrada formal na linguagem escrita. (Sim- Sim, 2010).

A escola, considerado um espaço onde supostamente a criança irá aprender a ler e a escrever, cabe ao jardim-de-infância o papel de desenvolver um conjunto de capacidades de coordenação motora, de conhecimento do esquema corporal, de estabilização da dominância lateral, de discriminação visual e auditiva, as quais lhe abririam as portas para aprendizagem da leitura. Através de actividades desenvolvidas no jardim-de-infância, a criança deveria *ficar pronta para aprender a*

ler e a escrever.

O pré-escolar, deve dar oportunidade à criança para o seu desenvolvimento de acordo com as suas potencialidades e seu nível de desenvolvimento, porque a criança não inicia sua aprendizagem somente ao iniciar a escola, ela leva consigo um conjunto de conhecimentos e habilidades adquiridas desde seus primeiros anos de vida em seu meio sócio-cultural.

É de destacar também que o jardim-de-infância deve oferecer à criança um ambiente de qualidade que estimule as interações sociais entre as crianças e os educadores, e que seja um ambiente enriquecedor da imaginação infantil, onde a criança possua a oportunidade de agir de maneira autónoma e activa. (LBSE, 1990)

Segundo Sim-Sim (2010), para que a transição entre o jardim-de-infância e a escola seja um processo natural e um desafio para todos os intervenientes, é importante que ambas as instituições se constituam como ambientes estimulantes de aprendizagem e de desenvolvimento para todas as crianças e cada uma de forma individual.

Dessa forma, torna-se importante uma articulação curricular a nível da sequência nas aprendizagens realizadas no pré-escolar e as que irão ser feitas no 1º ano do ensino básico, evitando percursos descontínuos, inconsistentes e repletos de sobressaltos. É, por isso, determinante que as aprendizagens implementadas no jardim-de-infância sejam um processo continuado e consolidado no 1º ano. Para tal é necessário que exista um plano curricular a nível do Pré-escolar, e que este esteja articulado com as aprendizagens planificadas e a implementar no 1ºano do Ensino Básico Integrado.

Antes de a criança iniciar a escola é preciso que ela passe antes por uma série de etapas em seu desenvolvimento, tornando-se então preparada para a aquisição da leitura e da escrita. Essas etapas compõem a chamada "fase pré-escolar", é bastante complexa para a criança, por isso a importância de se respeitar o período preparatório, que dará a criança o suporte necessário para que ela progrida sem apresentar grandes problemas.

Segundo Mialaret (1974, citado por Martins; Niza: 1998) chamam-se pré-requisitos para a aprendizagem da leitura a um conjunto de capacidades psicológicas gerais tais como, a organização perceptivo-motoras, o desenvolvimento da função simbólica e da linguagem, a estruturação espacial e temporal, o nível de desenvolvimento intelectual, a organização do esquema corporal, sem a qual não é aconselhável iniciar as crianças na aprendizagem da leitura.

Numa entrevista dada na Revista Pais e Filhos (Setembro, 2005), Silva refere que “uma criança encontra-se em condições para saber ler e escrever, meses depois de completar os seis anos.” Para ela, só depois dos seis anos é que o aparelho psico-biológico se encontra em condições de aprender a ler e a escrever.

Uma criança sem os pré-requisitos necessários, pode apresentar durante o primeiro ano do ensino básico, dificuldades relacionadas à coordenação motora fina e à orientação espacial, não sabendo por exemplo, segurar o lápis com firmeza, ou como posicionar a escrita no papel, (Schoffel 2004).

Para Sim-Sim (2010), o jardim-de-infância deve visar o ensino da leitura e da expressão escrita. A autora afirma que não se deve proibir a criança o prazer de contactar com o escrito e de viver num ambiente da escrita. Para ela, “cada criança deve ter a oportunidade para se deixar seduzir pela escrita e, assim, iniciar a sua viagem pela floresta da linguagem graficamente representada, mesmo antes de formalmente ensinadas a ler”.

Silva (Setembro, 2005), afirma numa das suas entrevistas que nem todas as crianças estarão aptas para aprender a ler e a escrever ao mesmo tempo, tal como acontece com outras habilidades. Ainda acrescenta que os adultos sobretudo os educadores e os pais devem respeitar o ritmo de aprendizagem de cada criança.

“Embora a escola tenha tendência para equilibrar as diferenças, a realidade mostra que todos somos diferentes e que alguns necessitamos de mais tempo do que outros para as nossas conquistas. Nem todas as crianças têm os mesmos tempos nem igual ritmo de aprendizagem.

Que uma criança de cinco anos escreva o seu próprio nome sem necessidade de copiá-lo é um sinal interessante. Isso não significa que todas as crianças de cinco anos possam fazê-lo. Nem sequer significa que essa criança seja mais inteligente que todas as outras. Respeitar os tempos de aprendizagem é indispensável para que a criança alcance resultados com êxito”.(Eugénia, 2007)

No sentido da promoção de uma transição nas aprendizagens linguísticas sem descontinuidades e com prazer, Sim-Sim, equaciona quatro roteiros que podem ajudar numa continuidade sem sobressaltos:

- a) *A promoção do desenvolvimento da oralidade, com ênfase especial para o Desenvolvimento lexical;*
- b) *O contacto com material escrito e de escrita;*

c) A consciência dos sons da língua (consciência fonológica);

d) O prazer da leitura pela voz dos outros;

Não *basta* falar com as crianças para que elas se desenvolvam linguisticamente. É necessário que ambos, o educador e o professor, promovam intencionalmente, e com grande regularidade, actividades com fins específicos para o desenvolvimento da linguagem oral das crianças. É frequente no jardim-de-infância a audição de histórias (contadas e lidas). A criança gosta de ouvir narrativas mas, para além do prazer da audição da narrativa, há que levá-la a aprender a prestar atenção a pormenores e a conservar essa atenção por períodos cada vez mais alargados.

No pré-escolar, o manuseamento dos diversos tipos de livros que estimulam o gosto pela leitura e que a criança reconhece pelas histórias e pelos contos que lhe são lidos, a realização de jogos e actividades de desenvolvimento das estruturas cognitivas e de coordenação espacial, visual e motora são contributos para a aprendizagem da leitura e da escrita quando a criança chega o 1º ano do ensino básico de escolaridade.

Falar dos pré-requisitos para a aprendizagem da leitura e da escrita, precisamos levar em consideração as condições para alfabetizar uma criança. Para tal, a criança precisa antes de tudo ter auto-estima elevada, precisa estar bem emocionalmente, ter segurança e autoconfiança, para poder enfrentar as dificuldades que o processo de alfabetização irá lhe impor.

Para Eugénia (2007) os pais podem ajudar os filhos a aprender. Mas, de acordo com a maneira de intervir, a sua ajuda pode servir para o ajudar ou para lhe dificultar a tarefa.

Ainda Schoffel (2004), disse que a escolha de um de bom jardim-de-infância, não é tarefa fácil, por isso os pais devem pesquisar muito (informar), conhecer o maior número possível de jardim, levando em consideração não só as suas expectativas em relação à escola, mas principalmente as da criança, procurando um bom jardim, que seja adequada às necessidades dos seus filhos, que ofereça bom ambiente e bons serviços. É importante lembrar que o pré-escolar é o começo da longa caminhada escolar dos seus filhos, por isso, deve ser um bom começo, que proporcione alegria e satisfação para a criança.

Quando colocamos ao alcance das crianças pequenas, livros diversos (com imagens e pequenos textos) estamos a estimulá-las a pedir à educadora que lhes leia ou conte uma história. Este procedimento, permite efectuar uma conexão entre a imagem, o assunto e a frase, o que

paulatinamente despertará na criança a vontade de aprender a ler, vontade essa, que está subjacente à aprendizagem da leitura.

Segundo Manzano (1988), a leitura de imagens possibilita o desenvolvimento da inteligência, a formação do gosto estético a expansão do campo da experiência humana, a transferência dos valores dos povos a recriação espontânea da realidade e da imaginação e a comunicação da sugestão. Por isso, considera-se que uma leitura de imagem eficiente constitui o passo principal para tornar uma criança leitora.

CAPÍTULO III - Metodologia (estudo empírico)

3-Fundamentação Metodológica

A investigação realizada baseia-se essencialmente no estudo qualitativo, pois a utilização do método qualitativo deve-se ao facto de ser o mais recomendado para o estudo de caso.

Tendo em vista as questões de pesquisa e objectivos do trabalho, julgamos pertinente e mais adequado a pesquisa essencialmente qualitativa, mas referindo a alguns dados numéricos, na medida em que existe uma estreita ligação entre o mundo real e o sujeito, e qual não pode ser traduzido só em números. O nosso estudo também é de carácter exploratório em que buscamos em primeiro lugar um referencial teórico mediante a pesquisa bibliográfica.

Para Neto (2002), o estudo de caso deve relacionar-se com uma nova vontade e com a identificação do tema a ser estudado. Trata-se de uma metodologia que recorre a diversas técnicas de recolha de informações, com a finalidade de reunir um vasto número de informações, de forma mais pormenorizada possível e com vista a abranger a totalidade da situação em estudo.

Ainda Neto (2002), destaca, de entre as diversas técnicas de abordagem do trabalho no estudo de

caso, a entrevista, por se tratar de uma importante componente da realidade da pesquisa qualitativa. Através das entrevistas, que podem ser de natureza colectiva ou individual, o investigador busca obter informações contidas na fala dos actores sociais.

Yin (1994), citado por Carvalho (2002) define “estudo de caso” com base nas características do fenómeno em estudo e com base num conjunto de características associadas ao processo de recolha de dados e às estratégias de análises dos mesmos.

Para a realização deste trabalho, além da consulta bibliográfica e da análise de estatísticas, utilizamos questionários, entrevista e aplicamos um teste de conhecimento às crianças do 1º ano do ensino básico.

O questionário é um instrumento de investigação que visa recolher informações baseando-se, geralmente, na inquirição de um grupo representativo da população em estudo.

Na elaboração de um questionário é importante, antes de mais, ter em conta as habilitações do público-alvo a quem ele vai ser administrado. É de salientar que o conjunto de questões deve ser muito bem organizado e conter uma forma lógica para quem responde, evitando questões desinteressantes, confusas e complexas, ou ainda questões demasiado longas. Deve, o investigador, ter cuidado de não utilizar questões ambíguas que possam, por isso, ter mais do que um significado, que por sua vez, levem a ter diferentes interpretações.

Fernandes (1995) salienta que a elaboração do questionário deve revestir-se de certos cuidados, de modo a que este traduza fielmente as opiniões das pessoas interrogadas e as perguntas postas dêem a estas a oportunidade de exprimirem as atitudes e opiniões que são relevantes na explicação dos seus comportamentos efectivos. Assim, a natureza das perguntas, a sua forma de redacção, a ordem da sua sucessão têm grande importância para os resultados.

3.1 -Caracterização da amostra

No caso específico do nosso trabalho, aplicamos questionário às 6 monitoras, sendo 3 do jardim privado e 3 do jardim público, ambos situados na capital, 7 professoras do ensino básico integrado da escola básica de Vila Nova (4 trabalham com o 1º ano e 3 com o 2º ano) e ainda trabalhamos

com 10 pais de crianças que frequentam o 1º ano do EBI, sendo 5 das crianças que frequentaram o jardim infantil e 5 das que não frequentaram o jardim.

3.2 -Caracterização do grupo das monitoras

Aplicamos o questionário a 6 monitoras, sendo 3 do jardim público (jardim Sorriso situado na Fazenda) e 3 trabalham no jardim privado (jardim Cinderela situado no Bairro Craveiro Lopes), todas são do sexo feminino e com a idade compreendida entre 26 a 47 anos.

Tabela II: Habilitações literárias, profissionais e tempo de serviço das monitoras

Habilitação Literária			Formação Específica			Anos de Serviço		
	Freq.	%		Freq.	%	Anos	Freq.	%
Ensino Básico	1	16,67	Sim	2	33,3	5	1	16,67
1ºCiclo do ens.secund.	0	0				6 a 10	2	33,33
2º Ciclo ens.secund.	3	50				11 a 20	1	16,67
Ensino sec. completo	1	16,67	Não	4	66,7	>20	2	33,33
Curso do I.P	1	16,67				-	-	-
Licenciatura em Educação de Infância	0	0				-	-	-
Total	6	100		6	100	-	-	-

Das 6 monitoras inquiridas 16,67% tem o ensino básico, 50% possuem o 2º ciclo do ensino secundário, 16,67% tem o curso do instituto pedagógico.

Em relação a formação específica na área de educação de infância, apenas 33,33% das monitoras possuem a formação específica, sendo 16,67% frequentou o curso de monitoras de infância com a duração de 3 anos ministrada pelo Instituto Pedagógico e a outra percentagem (16,67%) tem o curso também de monitora promovido pelo ex-ICS (Instituto Cabo-verdiano de Solidariedade).

A outra parte das inquiridas que correspondem a 66,67% alega não ter nenhuma formação na área.

No que tange ao ano de serviço 16,67% das inquiridas afirmaram ter 5 anos de serviço, 33,33% possuem entre 6 a 10 anos de serviço, 16,67% têm entre 11 a 20 anos e 33,33% possuem mais de 20 anos de serviço.

3.3- Caracterização do grupo dos professores

Para recolhermos mais subsídios necessários que nos possam ajudar a ter ideias mais claras sobre a importância da frequência do ensino pré-escolar em Cabo Verde, aplicamos também um questionário a um grupo de 7 professoras da escola do EBI de Vila Nova. Desse grupo, 4 trabalham com o 1ºano e 3 com o 2º ano.

Tabela III: Habilitações profissionais e ano de serviço dos professores

Habilitação profissional	Freq.	%	Anos de serviço	Freq.	%
Curso da escola formação de Variante	-	-	< 5 anos	-	-
Magistério Primário	1	14,3%	5 - 10 anos	2	28,57%
Instituto Pedagógico	4	57,1%	11 -20 anos	-	-
Ensino Superior	1	14,3%	> 20 anos	5	71,43%
Sem formação	1	14,3%	-	-	-
Total	7	100%	Total	7	100%

Analisando este quadro podemos constatar que a maioria das professoras (85,7%) possui formação nas diferentes áreas:

14,3% (1 professora) tem o Magistério Primário; 57,1% (4 professoras) dos professores inquiridos revelaram ter a formação ministrada pelo Instituto Pedagógico; 14,3% (uma professora) possui o ensino superior.

Apenas uma professora (14,3%) afirmou não possuir nenhum tipo de formação na área.

Em termos de ano de serviço ficou claro que são professoras com uma certa experiência na área, uma vez que apenas 28,6% afirmaram ter entre 5 a 10 anos de serviço e 71,4% afirmaram ter mais de 20 anos de serviço.

3.4- Caracterização da turma do 1º ano

Tabela IV: Idade e frequência das crianças

Idade das crianças	Freq.	%	Frequentou o jardim	Freq.	%
6 Anos	25	71,4%	Sim	25	71,4%
			Não	-	-
7 Anos	10	28,6%	Sim	-	-
			Não	10	28,6%
Mais de 7 anos	-	-	-	-	-

Dos 35 alunos de uma turma do 1º ano, 71,4% tem 6 anos e frequentaram o ensino pré-escolar. 28,6% ,que corresponde à 10 crianças tem 7 anos e não frequentaram o ensino pré-escolar.

Embora a aprovação do Decreto-Lei nº37/2008 é justificado como uma medida de rectificação das injustiças cometidas ao longo desses anos em termos da idade de ingresso das crianças no ensino básico, notamos através dos resultados da turma que essa igualdade se verifica somente em termos de idade.

Da mesma opinião é o Dr. Bartolomeu Varela que através do “Blog” denominado “Excelência Educativa” afirma: «Na verdade, o acesso à escola básica aos seis anos de idade (finalmente generalizado em Cabo Verde no início deste ano lectivo) continua a ocorrer num quadro de desigualdade de oportunidades: uma parte expressiva de crianças, porque bafejadas pela sorte ou pela fortuna, entra na escola primária já com uma passagem pela educação pré-escolar, ministrada, normalmente, durante dois anos, em jardins-de-infância privados ou municipais; a outra parte, porque não teve oportunidade de

acesso a tais jardins, normalmente devido a carências socio-económicas das suas famílias, entra na escola básica sem beneficiar das actividades de socialização em ambiente educativo e de preparação (propedêutica) para a iniciação escolar.

Assim, a igualdade de acesso ao ensino básico só acontece em relação à idade (6 anos), mas não no que tange à preparação efectiva das crianças para o ingresso na escolaridade obrigatória. Ora, em nome do princípio constitucional da igualdade (que deve ser entendida na sua plenitude, incluindo a igualdade de oportunidades), e tendo em conta as vantagens socio-pedagógicas que proporciona, a medida de generalização do acesso ao ensino básico após a frequência de, pelo menos, um ano de educação pré-escolar, afigura-se absolutamente justificável. Pode argumentar-se que é pouco um ano, ao que contra-argumentaríamos, dizendo que em ano uma criança de cinco anos pode beneficiar muito de uma educação pré-escolar bem organizada, em termos curriculares e técnico-pedagógicos.

Poderá questionar-se acerca das condições de financiamento desta medida, mas acredito que a conjugação dos esforços das famílias, das ONG's e demais entidades privadas, do Estado e dos municípios logrará ultrapassar o problema. Basta haver vontade efectiva de investir um pouco mais nas "flores da nossa luta", como Cabral, metafórica e poeticamente, se referia às nossas crianças».

3.5- Caracterização do grupo dos pais

Seleccionamos dois grupos de pais para a realização desse estudo, uma vez que nem todos os pais colocam os seus filhos nos jardins-de-infância devido a vários factores que procuramos conhecer através desse estudo. Dos pais inquiridos 5 são pais das crianças que frequentaram o jardim – de - infância e 5 são aqueles que não colocaram os seus filhos nos jardins-de-infância.

Tabela V: Sexo dos pais

Pais das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar			Pais das crianças que não frequentaram o ensino pré-escolar		
Sexo	Freq.	%	Sexo	Freq.	%
M	1	20%	M	0	0%
F	4	80%	F	5	100%

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

Analisando o quadro, vê-se que a responsabilidade das mães como chefe de família é nítida na nossa sociedade cabo-verdiana o que muitas vezes condiciona na educação dos filhos. No caso das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar, 80% dos pais questionados são do sexo feminino, apenas 20% é do sexo masculino. Em relação aos pais das crianças que não frequentaram o pré-escolar, 100% são do sexo feminino o que leva-nos a pensar que um dos factores que podem estar na base do problema da não frequência da criança no pré-escolar é a situação económica, tendo em conta que todos os jardins tem uma taxa de mensalidade e Isso torna muitas vezes difícil para algumas mães assumir essa responsabilidade.

Tabela VI: Habilitações académicas dos pais

	Pais das crianças que frequentaram o pré-escolar		Pais das crianças que não frequentaram o pré-escolar	
	Freq.	%	Freq.	%
Sem nenhuma habilitação	-	-	2	40%
Ensino básico	-	-	3	60%
Ensino secundário incompleto	1	20%	-	-
Ensino secundário	-	-	-	-
Ensino superior	4	80%	-	-
Total	5	100%	5	100%

Notamos a partir da análise desse quadro que a habilitação académica dos pais tem uma grande influência na formação dos filhos, porque dos dados obtidos, os pais das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar, todos possuem uma habilitação académica que lhes permitem investir na educação dos seus filhos, começando pela base que é o ensino pré-escolar. Uma boa

percentagem dos pais, 80% afirmaram possuir o ensino superior e 20% possuem o ensino secundário incompleto.

Notamos uma grande diferença entre o nível académico desses pais ou seja os pais das crianças que não frequentaram o ensino pré-escolar 40% revelaram ser analfabetos e 60% possuem o ensino básico.

O baixo nível académico é um dos factores que influenciam directamente na situação socioeconómica de muitas famílias e constatamos isso a partir dos questionários aplicados aos pais em que 100% assinalaram o jardim privado como a instituição ideal para os seus filhos, embora este como é de conhecimento de todos têm a taxa de mensalidade muito mais elevada do que os jardins públicos. Estes pais através das suas respostas demonstraram ter uma consciência formada sobre a importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento harmonioso das crianças.

“Vários autores, baseados em dados de pesquisas, advertem-nos da importância, para o desenvolvimento futuro, dos primeiros anos de vida. Alguns especialistas chegam a sugerir quase que o “determinismo prematuro” de características intelectuais, supondo que o desempenho apresentado em tenra idade possa ser preditivo para o desenvolvimento ulterior (Bruner, 1973 e Landsheere, 1977). Esta citação faz-nos reflectir cada vez mais sobre a falta de oportunidade das crianças que não frequentam o ensino pré-escolar em vivenciar as vastas experiências apresentadas nesta fase para o desenvolvimento integral da crianças, uma vez que as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar estabelece como principio geral que “ a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da acção educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário”.

Na mesma linha de pensamento Bruner (1973) chama-nos atenção acerca dos malefícios que a pobreza acarreta para o desenvolvimento infantil, considerando que “desvantagens sócio-economicas não são um caso simples de deficiência, como seria uma avitaminose cultural que pudesse ser equilibrada pelo recebimento de doses convenientes de compensação”

3.6- Caracterização da técnica do Ministério da Educação

A entrevista foi dirigida a uma técnica com formação superior na área de educação de infância que trabalha nos serviços centrais do Ministério da Educação.

4- Caracterização e descrição dos instrumentos

Para realizar o estudo empírico elaboramos questionários que aplicamos às monitoras dos jardins, aos professores do EBI e aos pais e encarregados de educação

Os questionários aplicados foram anónimos e confidenciais, constituídos essencialmente por perguntas simples, para que os inquiridos se sentissem isentos de qualquer constrangimento em as responder.

Tendo em vista os objectivos (geral e específicos) do nosso trabalho consideramos mais oportunas e conclusivas as questões incorporadas no questionário, cujo modelo apresentamos em anexo, pois tais permitem melhor analisar e concluir, os principais aspectos que pretendemos avaliar

Todos os questionários são constituídos por um conjunto de questões abertas e fechadas.

Foram aplicados os seguintes questionários:

- Questionário dirigido às monitoras para conhecer a sua opinião sobre a importância da frequência do ensino pré-escolar;
- Questionário dirigido aos professores do ensino básico com intuito de conhecer a sua opinião sobre o papel do ensino pré-escolar no desenvolvimento dos pré-requisitos para o ingresso no 1º ano do ensino básico;
- Questionário aos pais para saber junto deles os motivos da inscrição ou não dos seus filhos no jardim-de-infância;

O questionário dirigido às monitoras é constituído por 4 grupos de questões. O primeiro grupo procura recolher informações sobre a identidade pessoal e profissional dos inquiridos, o segundo de questões incide sobre a caracterização do jardim, o terceiro grupo incide sobre a planificação das actividades e por último o quarto grupo procura recolher informações sobre o relacionamento com os outros agentes educativos.

O questionário dirigido aos professores do ensino básico é constituído por três grupos de questões. O primeiro grupo aborda a identificação pessoal e profissional do sujeito, o segundo grupo visa a caracterização da turma e o terceiro grupo procura recolher informações sobre a opinião dos professores sobre o ensino pré-escolar.

Relativamente ao questionário dirigido aos pais, este é constituído por questões relacionadas com a idade, habilitações académicas, questões sobre a importância do ensino pré-escolar e sobre a medida tomada pelo Ministério de Educação sobre a frequência de crianças com 6 anos no 1º ano do ensino básico e independentemente da frequência ou não do pré-escolar.

Para além dos questionários fizemos entrevista a uma técnica do Ministério de Educação com o fim de recolher mais informações sobre o ensino pré-escolar em Cabo Verde e analisar sobretudo o Decreto-Lei nº 37/2008.

A entrevista realizada foi do tipo semi-estruturado, o que quer dizer que elaboramos previamente, um guião (anexo IV), com tópicos que reflectem as nossas preocupações, servindo assim para nos orientar à obtenção das informações. É um tipo de entrevista que nos permite a introdução de mais questões de forma livre para precisar conceitos ou obter mais informações.

Optamos por este tipo de entrevista tendo em conta que permite um fluxo natural de informações por parte do sujeito e, igualmente possibilita introduzir adaptações que se mostrarem necessárias.

Também aplicamos um teste de conhecimento a uma turma de 35 alunos do 1º ano. Este teste foi aplicado pela professora da turma no 2º trimestre e com a autorização da mesma e aproveitamos dos mesmos para avaliar o aproveitamento das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar e o conhecimento das crianças que frequentaram o 1º ano básico sem a frequência no ensino pré-escolar.

5- Procedimentos seguidos

No primeiro momento fez-se a revisão bibliográfica, no segundo momento partimos para o estudo empírico. Nesse momento aproveitamos para nos familiarizarmos com o público alvo seleccionado a fim de se sentirem mais a vontade no momento da recolha das informações. Após esse contacto foi elaborada durante o mês de Dezembro a primeira versão do questionário e do guião de entrevista que foram analisados e corrigidos pela orientadora. A aplicação do questionário aconteceu durante os meses de Janeiro e Fevereiro logo depois dos mesmos receberem o parecer favorável da orientadora.

A recolha dos mesmos aconteceu uma semana depois da sua entrega.

A realização da entrevista aconteceu só no mês de Maio, isto porque tivemos que esperar a disponibilidade da entrevistada para nos atender.

No caso da avaliação dos conhecimentos dos alunos do 1º ano, este aconteceu no mês do Março e aproveitamos da avaliação do 2º teste do 2º trimestre elaborada pelo núcleo da escola e aplicada pela professora da turma.

Houve uma certa indiferença por parte de alguns inquiridos e devido à falta de hábito e receio em responder o questionário, por isso tivemos algumas perguntas sem justificação.

Procedemos à distribuição dos questionários por contacto directo, apelando à melhor colaboração dos inquiridos.

Graças a colaboração dos mesmos não tivemos muito tempo à espera das respostas, pelo que aproveitamos para agradecer porque sem o apoio deles não seria possível a realização desse trabalho.

Capítulo IV- Análise e discussão dos dados: A opinião das monitoras, das professoras, dos pais e da técnica do Ministério da Educação sobre a importância da frequência do ensino pré-escolar

4- A Planificação das actividades no jardim-de-infância e o domínio das áreas

Relativamente a Planificação das actividades, 100% das monitoras assinalaram que:

- planificam as actividades de acordo com as orientações da delegação escolar;
- exploram o Guia de Actividades Curriculares;
- exploram todas as áreas expressas no Guia de Actividades;
- desenvolvem actividades que têm alguma importância no seu desenvolvimento integral das crianças;

Todas as monitoras desenvolvem actividades de iniciação à aprendizagem da leitura e da escrita e assinalaram do seguinte modo:

- 16,67% Afirmou que desenvolvem essas actividades porque “*as crianças devem ter a*

motricidade fina e boa aprendizagem”;

- 66,67% Justificaram as suas afirmações alegando que essas actividades são desenvolvidas para poder dar uma “maior preparação para o ingresso no ensino básico”;

-apenas uma única inquirida (16,67 %) não justificou a sua resposta;

Notamos que as monitoras têm uma concepção sobre as actividades necessárias para a iniciação à aprendizagem da leitura e da escrita, porque segundo Schoffel (2004),”Uma criança sem os pré-requisitos necessários, pode apresentar durante o primeiro ano do Ensino Básico, dificuldades relacionadas à coordenação motora fina e à orientação espacial, não sabendo por exemplo, segurar o lápis com firmeza, ou como posicionar a escrita no papel”.

Tabela VII: Áreas de maior domínio e de maior dificuldade

	Áreas que dominam melhor		Áreas de maior dificuldade	
	Frequência	%	Frequência	%
Linguagem	3	50%	-	-
Matemática	-	-	-	-
Expressão Plástica	-	-	3	50%
Educação Física	-	-	-	-

Em relação a esse grupo de questões, 50% das monitoras afirmaram que *dominam todas as áreas*. Notamos através desse quadro que uma boa parte das monitoras está a explorar as áreas expressas no Guia de Actividades o que irá contribuir para o sucesso escolar das crianças.

Conforme as Orientações Curriculares expressa no Guia de Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar (pag.9), “os blocos assim constituídos não pretendem funcionar como compartimentos estanques, antes são concebidos de forma articulada, por forma a que se cumpra um dos maiores desígnios da educação da infância que é o desenvolvimento integral da criança”.

Segundo a técnica entrevistada a equipa de coordenação promove mensalmente planificações com as monitoras na delegação escolar que lhes permitem ter subsídios suficientes para as planificações diárias das actividades.

5-A influência da frequência do ensino pré-escolar na preparação para o ingresso no ensino básico integrado

5.1 -A opinião das monitoras

Todas as monitoras são de opinião que as crianças que frequentam o jardim infantil estão melhor preparadas para ingressarem no ensino básico integrado justificando de forma unânime *que* “no jardim as crianças recebem os pré-requisitos para entrarem no ensino básico integrado”. Algumas citaram exemplos de que “no jardim as crianças aprendem a contar, a fazer grafismo, conhecer cores, conhecer algarismos e algumas letras”. Ainda analisamos uma das justificações que afirma que o jardim-de-infância “ajuda a criança a socializar com as outras crianças no EBI”.

Tendo em conta todas as respostas dadas faz-nos acreditar que as monitoras estão a levar em consideração os Princípios Gerais e Objectivos estabelecidos no Guia de Actividades Curriculares para o Ensino Pré-escolar (pag.8) que afirma que “O sistema Educativo de Cabo Verde reconhece a necessidade de protecção à infância, relevando a importância da educação pré-escolar no desenvolvimento da personalidade considerada em todos os seus aspectos; na aquisição de competências e desenvolvimento de atitudes nos vários domínios do saber; na familiarização como meio cultural; no desenvolvimento de comportamentos reflectidos e responsáveis; na integração social e escolar, tendo em vista o seu contributo impulsionador no sucesso da escolaridade básica”.

5.2 A opinião dos professores

Os professores foram unânimes (100%) em afirmarem que a frequência do jardim-de-infância influencia as crianças no 1º ano do ensino básico. São de opinião que existe uma diferença notável entre as crianças que frequentaram o ensino pré-escolar e as que não frequentaram e exemplificam os domínios em que apresentam mais dificuldades. Todas foram unânimes (100%) em apontar a linguagem oral e escrita como uma das áreas em que a maioria das crianças apresenta dificuldades. Problemas com a socialização foram também referidos através de 28,5% (2 professoras) como uma das dificuldades notadas nas crianças que não frequentaram o jardim-de-infância. Para além desses domínios a Matemática foi outro domínio também apontado (42,8%) como uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas crianças que não tiveram a passagem pelo jardim infantil.

A nossa experiência tanto profissional e enquanto estagiária faz-nos pensar que essas dificuldades, sobretudo na área de Comunicação e Expressão (linguagem oral e escrita) deve-se ao facto de maior número de jardins não introduzem a Língua Portuguesa nessa fase e a criança só entra em contacto com o português no ensino básico. Daí a dificuldade em compreender e expressar e conseqüentemente isso acabará por influenciar nos outros domínios de aprendizagem.

Relativamente à questão nº10 todas as inquiridas mencionaram a socialização como o primeiro factor a ter em conta no ensino pré-escolar. Para além da socialização também foram da mesma opinião que o desenvolvimento dos pré-requisitos para o sucesso escolar, como por exemplo: a lateralidade, motricidade fina, oralidade são outras razões pelo qual os pais devem colocar os seus filhos no jardim infantil.

- Os pré-requisitos necessários para o ingresso no ensino básico são desenvolvidos no jardim-de-infância;

Tabela VIII: Os pré-requisitos necessários para o ingresso no ensino básico

	Freq.	Perc.
Sim	4	57,1%
Não	3	42,9%
Total	7	100%

Das 7 professoras 57,1% são de opinião que no jardim-de-infância são desenvolvidos os pré-requisitos necessários para o ingresso no ensino básico, argumentando que as crianças já entram no 1º ano de escolaridade com certas regras de convivência no grupo interiorizadas, com a destreza manual desenvolvida, com uma certa capacidade de expressar e compreender.

A outra parte, (42,9%) afirmou que nem todas as crianças que frequentaram o jardim-de-infância ingressam o ensino básico com os pré-requisitos desenvolvidos, justificando que isso depende da qualidade de jardins. Os fundamentos do Guia de Actividade Curriculares, defende que “um sistema de educação de infância bem conduzido pode compensar situações familiares pouco favoráveis, enquanto, a criação de instituições de má qualidade, que funcionam sobretudo como lugares onde se guardam crianças, podem prejudicar gravemente o seu desenvolvimento, com sérias consequências para o seu futuro”.

5.3 -A opinião dos pais

Analisando a opinião dos pais sobre a influência da frequência das crianças no ensino pré-escolar no ensino básico 100% dos pais tanto das crianças que frequentaram o jardim infantil e os das crianças que não frequentaram o jardim são de opinião que as crianças que frequentaram o jardim-de-infância estão melhores preparadas das que não frequentaram alegando com as seguintes

justificações:

-20 % dos pais afirmaram que as crianças que frequentaram o jardim infantil saem melhores preparadas ,mas fizeram a chamada de atenção de que isso depende das condições que as crianças encontram nos jardins, acrescentando que há certos jardins que “só sabem tomar dinheiro”; 10% dos pais justificou que as crianças que frequentaram o jardim aprendem a conviver, a ser e a estar; para 40% dos inquiridos quando as crianças saem do jardim, já conhecem algumas letras, sabem contar, conhecem algumas cores e algumas já sabem a escrever o seu nome; ainda nesse grupo 30% também afirmou que no jardim as crianças desenvolvem várias actividades que estimulam o seu desenvolvimento físico e intelectual;

Analisando a opinião desse grupo de inquiridos podemos acrescentar que muitos pais já tem a consciência do importante papel que o ensino pré-escolar pode desempenhar no desenvolvimento e aprendizagem das crianças e no contributo para o seu sucesso escolar futuro (Guia de actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar, pag.7). Ainda o mesmo documento acrescenta que “quando chega à escola, depois de frequentar o jardim de infância, a criança, já fez “ leituras”do mundo que a rodeia, já viu imagens, já teve contacto com a escrita, expressou sentimentos e emoções, aprendeu a trabalhar em grupo, desenvolvendo a autonomia e o desejo de aprender (...)”.

5.4- A opinião do técnico do Ministério de Educação

Ao contrário dos outros grupos que foram inquiridos, esta foi entrevistada e através da conversa ficamos a saber que a técnica é de opinião que as crianças que frequentam o ensino pré-escolar estão melhores preparadas para ingressarem no ensino básico das que não frequentam, porque segundo a sua justificação uma criança que frequenta um jardim-de-infância, em principio, deve estar melhor socializada e melhor desenvolvida a nível cognitivo e afectivo.

6-O ingresso no EBI sem a frequência no ensino pré-escolar

6.1- A opinião das monitoras

Opinião das monitoras sobre a medida tomada pelo Ministério da Educação que permite a entrada no ensino básico das crianças com 6 anos sem a frequência do ensino pré-escolar.

Tabela IX: Opinião das monitoras

	Freq.	%
Concordo	0	0%
Não concordo	6	100%
Total	6	100%

Os dados do quadro, traduzem a opinião das 6 monitoras inquiridas sobre a medida tomada pelo Ministério de Educação através do Decreto-Lei nº 37/2008 que garante o acesso de crianças com 6 anos no 1º ano do ensino básico independentemente da frequência ou não do pré-escolar. No caso das 6 inquiridas (100%), assinalaram que não concordam com a medida, justificando do seguinte modo:

-5 monitoras (83,3%), justificaram que não concordam com essa medida porque as crianças vão entrar o ensino básico sem nenhum conhecimento das actividades que se são realizadas nos jardins-de-infância e as crianças que não foram para o jardim ficam mais atrasadas no 1º ano; 1 monitora (16,7%) assinalou o não como resposta mas infelizmente não justificou a sua opção.

6.2 A opinião dos professores

Opinião das professoras sobre a medida tomada pelo Ministério de Educação sobre a entrada no E.B.I das crianças com 6 anos sem a frequência do pré-escolar.

Tabela X: Opinião das professoras

	Freq.	Perc.
Sim	0	0%
Não	7	100%
Total	7	100%

Dos questionários aplicados aos professores do E.B.I, sobre a medida tomada pelo Ministério da Educação sobre o Decreto-Lei nº 37/2008 de 24 de Novembro, 100% das inquiridas mostraram-se contra o decreto publicado. As justificações variaram:

-14,3%, justificou que não concorda com a medida porque para ela o que conta é a capacidade desenvolvida da criança e não a idade;

-14,3%, é de opinião que essa medida prejudica muitas crianças, mas também veio a beneficiar muitas crianças sobretudo em garantir a igualdade de oportunidade em termos de idade para o ingresso no E.B.I, principalmente as crianças de famílias carenciadas e de meios rurais com casas muito dispersas;

-71,4%, mostraram as suas preocupações com o condicionamento das actividades que contribuem para o desenvolvimento dos pré-requisitos para o E.B.I assim como actividades que permitem a socialização das crianças. Ainda acrescentaram que essa medida veio criar desigualdade na turma visto os pais que têm condições garantem a frequência nesse nível de ensino aos seus filhos e os que não tem condições económicas favoráveis para suportar as mensalidades, os filhos ingressam no E.B.I sem os pré-requisitos básicos para garantir o acompanhamento no E.B.I.

6.3- A opinião dos pais

Opinião dos pais sobre a medida tomada pelo Ministério da Educação sobre o ingresso de crianças com 6 anos no ensino básico sem a frequência no pré-escolar.

Tabela XI: Opinião dos pais

	Pais das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar		Pais das crianças que não frequentaram o ensino pré-escolar	
	Freq	%	Freq.	%
Concordo	3	60%	5	100%
Não concordo	2	40%	0	0%
Total	5	100%	5	100%

60% dos pais em que o filho frequentou o ensino pré-escolar concordam com a medida tomada pelo Ministério da educação sobre a entrada de crianças no ensino básico com 6 anos sem a frequência do ensino pré-escolar, justificando que há muitos pais embora já sabem da importância do jardim infantil, mas não podem suportar as despesas mensais do filho no jardim.

-40% dos pais afirmaram não concordam com essa medida tomada pelo governo. Uma das inquiridas (20%) afirmou que com essa medida muitas crianças vão para o ensino básico sem os pré-requisitos. A outra parte (20%) justificou que essa medida veio contrariar a decisão do próprio governo e acrescentou “o Ministério da Educação auto-contraria a sua propaganda de uma maior aposta na educação pré-escolar, com a formação de um grande número de educadores de infância.

Relativamente aos pais das crianças que não frequentaram o pré-escolar, estes foram unânimes (100%) em afirmar que concordam com a medida tomada pelo Ministério embora reconhecem a importância da frequência do jardim-de-infância para a vida escolar das crianças, mas que para eles esta medida veio “apoiar os mais carenciados”.

Na nossa opinião e tendo em consideração os pré-requisitos necessários para o sucesso escolar futuro das crianças, somos de opinião que esta medida traz aspectos positivos, mas também tem aspectos negativos, por isso não concordamos com a forma como esta medida foi tomada. Entendemos que o Ministério antes de publicar a Lei deveria promover campanhas de sensibilização muito forte através de diferentes meios de modo a levar os pais/ encarregados de

educação e a sociedade em geral a ganharem a consciência sobre os benefícios que a frequência do ensino pré-escolar traz na vida escolar e não só ao longo da sua vida, sabendo que ainda há muitos pais/encarregados de educação que não dão a devida importância às actividades desenvolvidas nos jardins-de-infância em prol dos seus filhos.

Pensando na igualdade de oportunidades que essa medida defende, notamos ao longo das nossas investigações que isso se traduziu em desigualdades de oportunidades na medida em que uma boa parte das crianças que ingressam no 1º ano do ensino básico passam pelos jardins-de-infância e ali recebem as devidas preparações que contribuem para o desenvolvimento dos pré-requisitos necessários para o ingresso na escola básica.

Uma das grandes implicações pedagógicas defendida pela teoria piagetiana é que a educação pré-escolar constitui a base das aprendizagens posteriores.

Segundo Raposo (1984), “ as aquisições de um determinado estágio preparam e são o suporte das aquisições posteriores, a ausência de determinadas aquisições no estágio devido terá repercussões negativas nos estádios seguintes”. Para ele, a educação pré-escolar permite às crianças atingirem certas pré-operações que se não forem alcançados vão dificultar nas aprendizagens posteriores.

Segundo Marques (1990) se todas as crianças frequentarem uma boa pré-escola, sua entrada na escola primária faz-se de uma forma mais equilibrada, porque levam consigo uma preparação que lhes deu a possibilidade de adquirirem competências de leitura e não só.

6.4- A opinião da técnica do Ministério de Educação

Segundo a entrevistada, a medida tomada pelo Ministério diz respeito ao ensino básico e não ao pré-escolar. Mas nos adiantou que “entretanto, dado contradição anterior, considera ser boa a medida sob o ponto de vista de igualdade de oportunidades às crianças em relação ao ingresso no EBI. Ela acrescentou que as crianças que não tinham acesso ao jardim só ingressariam no EBI aos 7 anos, ficando duas vezes penalizadas.

Avaliando mais uma vez as opiniões sobre a frequência no ensino básico de crianças com 6 anos independentemente da frequência ou não pré-escolar, acrescentaríamos que essa igualdade só existe em relação à idade e não no que tange à preparação das crianças para o ingresso na escolaridade obrigatória.

Bartolomeu Varela (2009) num dos seus "Blogs" afirma "em nome do princípio constitucional da igualdade (que deve ser entendida na sua plenitude, incluindo a igualdade de oportunidades), e tendo em conta as vantagens socio-pedagógicas que proporciona, a medida de generalização do acesso ao ensino básico após a frequência de, pelo menos, um ano de educação pré-escolar, afigura-se absolutamente justificável".

7- Generalização da frequência do ensino pré-escolar

7.1- A opinião das monitoras

Nesse item perguntamos às monitoras o que acham que deve ser feito para que todas as crianças passem a frequentar o ensino pré-escolar. Nessa questão também houve diferentes tipos de respostas:

-33,3% das monitoras (2), justificaram que o governo e os pais devem colaborar mais;

-16,6% das monitoras (1) afirmou que outras instituições devem envolver-se dando mais apoios;

-16,6% das inquiridas (1), é de opinião que deve haver a obrigatoriedade da frequência das crianças no pré-escolar pelo menos durante 1 ano;

-16,6%, revelou a revogação da lei em vigor;

-16,6% (1) referiu a assunção do ensino pré-escolar pelo Ministério de Educação;

Notamos que existe uma grande preocupação por parte das monitoras sobre a passagem das crianças no ensino pré-escolar, visto que estas já têm uma consciência formada sobre os benefícios que o ensino pré-escolar traz no desenvolvimento integral de uma criança.

7.2- A opinião dos professores

Todas as opiniões assinaladas mostraram a necessidade de uma campanha de sensibilização aos pais sobre a importância da frequência no ensino pré-escolar para o sucesso escolar do seu filho.

Entre as várias sugestões apontadas 28,5% das inquiridas sugeriram a “Revogação do Decreto - Lei nº 37/2008”, de modo que todas as crianças possam frequentar o ensino pré-escolar. 28,7% opinaram que o governo deve apostar na criação de mais jardins e formação de quadros qualificados de modo que todas as crianças, quer seja da cidade ou não possam aproveitar da mesma igualdade de oportunidades oferecidas nos jardins.

42,8% das inquiridas indicaram a assunção do pré – escolar, pelo governo a fim de que todas as crianças, principalmente as mais carenciadas, têm a oportunidade de passar pelo pré – escolar.

7.3-A opinião dos pais

Quanto a opinião dos pais sobre a generalização do ensino pré-escolar, estes deram as seguintes sugestões:

40% afirmaram que o governo deve assumir todas as responsabilidades desse nível de ensino da mesma forma que assume com o ensino básico, de modo a torna-lo gratuito e obrigatório; 30% são de opinião que o Estado deve apoiar todas as famílias carenciadas, pelo menos com a mensalidade; a outra percentagem (30%) afirmou que outras instituições devem apoiar o governo na formação de quadros e criação de mais jardins-de-infância em todas as localidades de modo que todas as crianças, quer seja dos centros urbanos ou não possam aproveitar da mesma igualdade de oportunidades oferecidas no pré-escolar.

7.3- A opinião do técnico do Ministério de Educação

Do ponto de vista da entrevistada sobre o que deve ser feito para que todas as crianças possam frequentar o ensino pré-escolar, esta nos disse que deve ser feita campanha de sensibilização e informação sobre a importância da educação pré-escolar e disponibilizar o atendimento em todas as localidades.

Pensar na generalização do ensino pré-escolar é fazer referência à autora Sim-Sim (2010) que

afirma “antes de a criança iniciar a escola é preciso que ela passe antes por uma série de etapas em seu desenvolvimento, tornando-se então preparada para a aquisição da leitura e da escrita. Essas etapas compõem a chamada "fase pré-escolar", é bastante complexa para a criança, por isso a importância de se respeitar o período preparatório, que dará a criança o suporte necessário para que ela progrida sem apresentar grandes problemas”.

8-O relacionamento entre outros agentes educativos

8.1 - O relacionamento entre as monitoras e os coordenadores

No relacionamento com os outros agentes educativos que constitui o grupo IV do questionário às monitoras, as inquiridas foram unânimes em afirmar que recebem visitas dos coordenadores pedagógicos sim, mas “de vez em quando”. E quando as recebem ficam sempre satisfeitas porque saem sempre a ganhar com essas visitas, uma vez que as coordenadoras esclarecem-lhes as dúvidas e deixam sempre sugestões para melhoria. Através dessas informações notamos que realmente há uma certa dificuldade no que tange à componente pedagógica sobretudo na coordenação. Este tem-se confrontado com insuficiente número de coordenadores pedagógicos, o que tem contribuído para que cada interveniente actue de forma indiscriminada, resultando assim uma situação de certa forma caótica em termos pedagógicos e de resultados (PNA-EPT, pag.23).

8.2-O relacionamento entre as escolas do EBI e os jardins-de-infância

Tabela XII: A percepção da importância da relação entre o EBI e o ensino pré-escolar

	Freq.	%
Sim	6	85,7%
Não	1	14,3%
Total	7	100%

85,7% das professoras inquiridas são de opinião que deve existir uma relação entre escolas

do E.B.I e jardins-de-infância, justificando que há necessidade de uma sintonia no doseamento dos conteúdos ministrados nos jardins-de-infância na medida em que os mesmos serão trabalhados de forma exagerada nos jardins infantis e esses mesmos conteúdos serão trabalhados no E.B.I. Algumas professoras ainda afirmaram que essa relação deve existir para poder permitir tanto as monitoras como os professores do E.B.I conhecerem o currículo de cada um desses níveis de ensino.

Dessa forma, torna-se importante uma articulação curricular a nível da sequência nas aprendizagens realizadas no pré-escolar e as que irão ser feitas no 1º ano do Ensino Básico, evitando percursos descontínuos, inconsistentes e repletos de sobressaltos. É, por isso, determinante que as aprendizagens implementadas no jardim-de-infância sejam um processo continuado e consolidado no 1º ano” (Sim-Sim, 2010). Com base nisso acrescentamos que para tal é necessário que exista um plano curricular a nível do Pré-escolar, e que este esteja articulado com as aprendizagens planificadas e a implementar no 1ºano do ensino básico.

No universo das 7 inquiridas apenas 14,3% assinalou o *Não* como opção da sua resposta, mas infelizmente não nos deu a conhecer o porquê da sua escolha.

8.3-Análise dos testes de conhecimento dos alunos do 1ºano

Para comparar o grau de aproveitamento das crianças que frequentaram o ensino pré-escolar com as que não frequentaram, utilizamos o teste de conhecimentos de uma turma com 35 crianças do 1º ano da escola básica de Vila Nova. Nesta turma 25 crianças ingressaram com uma passagem no ensino pré-escolar e 10 entraram sem a frequência no ensino pré-escolar.

Tabela XIII: Comparação dos resultados dos testes de Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Integradas

Avaliações dos conhecimentos dos alunos que não frequentaram o ensino pré-escolar							Avaliações dos alunos que frequentaram o ensino pré-escolar					
	L. Port.		Matemat.		C.Integ		L.Port.		Matemat.		C.Integ	
	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%	Freq	%
Insuf.	7	70%	6	60%	3	30%	4	16%	2	8%	1	4%
Suf	2	20%	3	30%	2	20%	8	32%	12	48%	8	32%
Bom	0	0%	0	0%	2	20%	2	8%	5	20%	4	16%
M.Bom	1	10%	1	10%	3	30%	11	44%	6	24%	12	48%
Total	10	100%	10	100%	10	100%	25	100%	25	100%	25	100%

Pela análise do quadro constatamos os seguintes resultados:

-Em Língua Portuguesa houve 70% de Insuficientes³, 20% de Suficientes, 0% de Bom e 10% de M.Bom no grupo das crianças que não frequentaram os jardins - de-infância enquanto os alunos que frequentaram os jardins-de-infância os Insuficientes nesta disciplina foram de 16%, 32% de Suficiente, 8% de Bom e 44% de M.Bom.

-Em relação à disciplina de Matemática as crianças que não frequentaram os jardins-de-infância tiveram 60% de Insuficientes, 30% de Suficientes, 0% de Bom e 10% de M.Bom, enquanto as crianças que frequentaram os jardins-de-infância tiveram apenas 8% de Insuficientes, 48% de Suficientes, 20% de Bom e 24% de M.Bom

-Relativamente à Ciências Integradas houve 30% de alunos que não atingiram os objectivos, 20%

³ Alunos que não atingiram os objectivos

de Suficientes, 20% de Bom e 30% de M.Bom são crianças que não frequentaram os jardins-de-infância e apenas 4% de Insuficientes, 32% de Suficientes, 16% de Bom e 48% de M.Bom são crianças que tiveram uma passagem no pré-escolar.

Analisando o quadro de comparação dos resultados entre os dois grupos de crianças nota-se que existe uma grande diferença nas avaliações das três disciplinas nucleares, com o índice de Insuficientes bastante elevado (70%) na disciplina de Língua Portuguesa no grupo das crianças que não frequentaram o ensino pré-escolar.

Segundo Sim-Sim (2010), “antes de a criança iniciar a escola é preciso que ela passe por uma série de etapas em seu desenvolvimento, tornando-se então preparada para a aquisição da leitura e da escrita. Essas etapas compõem a chamada "fase pré-escolar", é bastante complexa para a criança, por isso a importância de se respeitar o período preparatório, que dará a criança o suporte necessário para que ela progrida sem apresentar grandes problemas”.

Baseando ainda na análise do quadro, acreditamos que uma criança sem os pré-requisitos necessários, pode apresentar durante o primeiro ano do ensino básico, dificuldades relacionadas à coordenação motora fina e à orientação espacial, não sabendo por exemplo, segurar o lápis com firmeza, posicionar a escrita no papel, compreensão do mundo que a rodeia e entre outros.

Cabrá à pré-escola estimular e orientar a criança, considerando os estágios de seu desenvolvimento, aceitando-a e desafiando-a a pensar. O ambiente que estimule a atividade criadora da criança, além de contribuir para o seu desenvolvimento global, estará, certamente, favorecendo a aproximação da criança à realidade escolar.

Conclusão

Chegar as conclusões após todo o percurso percorrido ao longo da nossa investigação para encontrar os resultados obtidos, não é uma tarefa fácil, pelo que queremos demonstrar a qualidade e limitação da mesma.

Ao longo do trabalho, encontramos algumas dificuldades, principalmente na recolha de bibliografias, uma vez que relativamente ao ensino pré-escolar sobretudo em Cabo Verde as referências bibliográficas são escassas.

Com este estudo, tentamos salientar as potencialidades do ensino pré-escolar para o desenvolvimento da criança cabo-verdiana. Vimos que o ensino pré-escolar em Cabo Verde é uma área muito recente e que após a independência, sobretudo na década de 1990, conheceu uma grande expansão, mas somente em termos quantitativos. Em termos qualitativos não se notam grandes alterações.

De acordo com as teorias analisadas, concluímos que com os desafios da sociedade actual, torna-se cada vez mais importante investir nas crianças, começando pelo ensino pré-escolar para que estas possam acompanhar todas as mudanças que se estão a operar no seio da sociedade.

Ao longo das pesquisas feitas concluímos que tanto os teóricos como as pessoas inquiridas enfatizam o valor das experiências ganhas no ensino pré-escolar na formação de uma base sólida para a vida escolar futura de uma criança, uma vez que o ensino pré-escolar assume um papel preponderante como a primeira etapa do processo de formação ao longo da vida.

As conclusões chegadas a partir da análise bibliográfica e questionários aplicados, permite-nos justificar a necessidade urgente de investimento substancial no sector do pré-escolar, tendo em conta que a grande parte da população já reconhece a importância do ensino pré-escolar não meramente como a preparação para a escola, mas sim revelaram a sua importância nos diferentes domínios.

Acreditando na importância do tema em estudo, pensamos ter contribuído modestamente com a chamada de atenção para as vantagens da frequência do ensino pré-escolar, levando os agentes educativos a reflectirem sobre as medidas que devem ser tomadas no sentido de criarem as condições para o melhoramento da qualidade do ensino pré-escolar em cabo Verde.

A partir dos resultados analisados, chegamos ainda a conclusão de que o ensino pré-escolar se revela importante, uma vez que todas as monitoras, professoras e pais, mesmos aqueles cujo os filhos não frequentaram o jardim-de-infância devido as condições socioeconômicas são de opiniões de que a frequência das crianças no ensino pré-escolar é de extrema importância, tendo em vista os resultados que se tem vindo a manifestar nas crianças que tiveram uma passagem no ensino pré-escolar antes de ingressarem no ensino básico.

Partindo dessas informações, acabamos por admitir que o ensino pré-escolar é tanto importante para o desenvolvimento da criança ao longo da sua vida assim como para o sucesso das que entram no EBI porque oferece os pré-requisitos necessários para a formação da criança enquanto cidadão e para o melhor aproveitamento da criança neste nível de ensino.

Um outro aspecto pertinente que chegamos a conclusão, é que mais da metade dos inquiridos declararam que não concordam com a medida tomada pelo governo através do Decreto-Lei nº37/2008 que determina a frequência no ensino básico de todas as crianças que completam 6 anos de idade até 31 de Dezembro. Os mesmos alegam que essa medida só traz desigualdade nas crianças em termos de acompanhamento dos conteúdos na sala visto que uma grande parte frequenta o jardim antes de ingressarem no EBI. Tendo em conta essas opiniões apelamos ao governo que faça uma aposta forte no ensino pré-escolar, começando pela obrigatoriedade da sua frequência de forma gratuita assim como acontece no ensino básico, passando pela formação adequada dos educadores assim como a fiscalização e criação de infra-estruturas adequadas para o funcionamento do ensino pré-escolar de qualidade.

Como já foi referido, a realização deste trabalho não foi uma tarefa fácil, devido à algumas limitações encontradas. Mas por outro lado foi uma experiência valiosa que nos permitiu de forma mais detalhada analisar as apreciações dos inquiridos e entrevistada sobre a importância da frequência de uma criança no ensino pré-escolar.

Acreditando que este estudo constitui apenas um inicio de muitos que ainda hão-de ser feitos nessa área, aproveitamos deste para destacar a mais valia que a frequência do ensino pré-escolar constitui no desenvolvimento integral da criança.

Recomendações

Sabendo que o jardim-de-infância é o lugar privilegiado para o desenvolvimento das aptidões necessárias para o desenvolvimento das crianças e o lugar onde as aprendizagens se fazem de forma organizada e sistematizada, sentimo-nos na obrigação de deixar aqui algumas recomendações sobre a importância da frequência no ensino pré-escolar em prol das nossas crianças:

- Assunção total do pré-escolar por parte do governo a fim de garantir a igualdade de oportunidades a todas as crianças em todos os seus domínios e não apenas em termos de idade;
- Revogação do Decreto-Lei nº 37/2008, tornando obrigatório a frequência das crianças nesse nível de ensino pelo menos durante um ano;
- Campanha de sensibilização e informação sobre a importância da educação pré-escolar no desenvolvimento integral da criança;
- Criação de jardins-de-infância em todas as localidades para o atendimento das crianças;
- Apoio do governo e outras instituições às famílias mais carenciadas de modo que os seus filhos gozam das mesmas oportunidades do que os outros cujo os pais têm as condições económicas;
- Capacitar as monitoras de modo que estas sejam capazes de formar cidadãos activos e capazes de dar respostas aos novos desafios que a sociedade impõe;
- Valorização das actividades realizadas nos jardins como a necessidade de uma escola infantil, que não substitui a vida familiar, mas que acrescenta algo à educação da criança;
- Investir no conhecimento e desenvolvimento das crianças, visto que, quanto mais cedo ensinarmos as crianças, elas estarão mais familiarizadas com o processo ensino/aprendizagem e melhor será o seu aproveitamento futuro;
- Proporcionar às crianças e pais/encarregados de educação actividades lúdicas e educativas, para que possam sentir e estar mais próximos dos educadores, assim se interagem uns com os outros e trocam experiências e conhecimentos;

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

- Construção de mais jardins infantis, sobretudo nos centros urbanos para que todas as crianças possam ter um espaço adequado à sua aprendizagem, evitando a evidente superlotação das salas, situação que dificulta o educador no desempenho das suas funções;
- Criar infra-estruturas com espaços adequados, equipamentos adequados e suficientes que contribuam para o desenvolvimento harmonioso das crianças e em particular as crianças com necessidades educativas especiais;
- Alargar a formação superior de mais educadores de infância, de modo a dotá-los de competências necessárias que os ajudarão a desenvolver um trabalho eficiente junto das crianças, e para a melhoria da qualidade de ensino no país.
- Deve criar condições para que cada jardim infantil tenha pelo menos um profissional com formação específica na área;
- Ter coordenadores com formação superior na área tendo em conta que já temos quadros suficientes para tal e ter corpo docente cada vez mais qualificado dá garantias de estabilidade e melhora a qualidade de ensino e os resultados de aprendizagem;
 - Ter pelo menos um psicólogo nas delegações para acompanhar o desenvolvimento das crianças pelo menos mensalmente e detectar possíveis dificuldades que possam existir;
- Dar ao pré-escolar a mesma importância que é dada aos outros níveis de ensino, de modo a estimular os educadores fazendo com que estes sintam mais valorizados e motivados para exercerem as suas funções.
- Preparar e criar as condições na sociedade para que as crianças possam ter um melhor desenvolvimento e socialização, de modo a contribuir na formação de uma sociedade mais justa e sábia;
- Aos pais, como principais responsáveis pela educação dos seus filhos, devem investir na educação pré-escolar mesmo que não seja obrigatório, tendo em conta que investir nesta fase é preparar para o sucesso das aprendizagens posteriores;

Bibliografia

Araújo, M. et all. (s/d). *Programa de Educação Pré-escolar*. Praia: Ministério da Educação.

Bento, A. (2004), *Um novo olhar Sobre a Educação: A Criança de 3 a 6 Anos*. 2ª Edição Rio de Janeiro: Fábrica de Livros.

Carvalho, E. (2002). *Educação de infância e desenvolvimento: um contributo para uma articulação estratégica no contexto de cabo Verde*, Lisboa: Universidade de Lisboa .Faculdade de Ciências e Tecnologias .

Castro, A. (1979). *Piaget e a pré-escola*. São Paulo: Livraria Pioneira editora.

Charles, C.(1980). *Piaget ao alcance dos professores*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico .

Eugénia, M.(2007). *A leitura e a escrita*. in: **Revista Mãe ideal**. nº 76. Setembro 2007.

Gomes, M.(2007) *A formação do educador de Infância*. in: **Revista Educadores de Infância**. nº 28 .Setembro 2007.

Kamii, C.(2003). *A Teoria de Piaget a Educação Pré-escolar*. 3ª Edição. Lisboa: Instituto Piaget.

Manzano, M. G.(1988). *A criança e a leitura*. Porto. Porto editora.

Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário. (2001). *Guia das Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar*. Praia: DGEBS.

Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica; Núcleo de Pré-escolar (2002). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*. 2ª Edição. Lisboa: Ministério da Educação.

Ministério da Educação Valorização dos Recursos Humanos, Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário (2002). *Plano nacional de Acção de Educação para Todos*. Praia: DGEBS.

Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos. (2003). *Plano Estratégico Para a Educação*. Praia: PROMEF.

- Monteiro,E.(s/d). *Curso de Educadores de infância*, in Desenvolvimento Curricular.
- Neto, C.(2002). *O trabalho de campo descoberto a criação*. In pesquisa social, teoria, método e criatividade. Petrópolis,R.G.Editora Vozes.
- Raposo. (1984). *Estudos de Psicopedagogia*.Coimbra: Coimbra Editora.
- Rebelo, D. (1990). *Estudos Psicolinguístico da Aprendizagem da Leitura e da Escrita*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rolo,M. (2006) . *O papel do Educador de infância*. in: **Revista Educadores de Infância**. nº 17. Setembro 2006.
- Shaffer,H.R.(1996) ,Desenvolvimento social da criança. Lisboa: instituto Piaget Antcor editora
- Silva, E. (2005) .*Vou para o 1º ano*. in: **Revista Pais & Filhos**. nº 176. Setembro 2005.
- Zabalza, M.(s/d). *Didáctica de Educação Infantil*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Zabalza, M.(1998). *Qualidade da Educação Infantil*.Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Outros documentos consultados.

- Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série nº3. Decreto-Lei nº4/2001, de 1 de Fevereiro de 2001.
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série nº 3.Decreto-Lei nº5/2001, de 1 de Fevereiro de 2001.
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde, Série nº 43.Decreto-Lei nº 37/2008, de 24 de Novembro de 2008.
- Lei de Bases do Sistema Educativo nº 103/III/90, de 29 de Dezembro.
- Lei de Bases do Sistema Educativo nº2/ 2010, de 7 de Maio de 2010.

Lei Orgânica do Ministério da Educação.

Sites

Schoffel, W.L. (2004), a brincadeira infantil e a sua função no desenvolvimento da criança no pré-escolar. Recuperado em 21 de Abril de 2010, de http://www.psicopedagogiabrasil.com.br/artigos_Luciana_a_brincadeira_infantil.htm.

Sim-Sim, I.(2010), Pontes, Desníveis e Sustos na transição entre a Educação Pré-escolar e o 1º ciclo da Educação básica. Recuperado em 8 de Agosto de 2010 de http://www.exedrajournal.com/docs/02/10_Inessim_sim.pdf

Varela, B.(2009). Excelência Educativa em Cabo Verde. Recuperado em 25 de Outubro de 2009, de <http://excelenciaeducativa.blogs.sapo.cv/>

Lima, K.(s/d). A importância da pré-escola. Recuperado em 27 de Outubro de 2009, de http://guiadobebe.uol.com.br/bb_5_a_6/a_importancia_dapreescola.htm.

Anexos

ANEXO I

QUESTIONÁRIO AOS PROFESSORES DO E.B.I

Este questionário enquadra-se num estudo sobre o tema "O ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM CABO VERDE" com vista a obtenção da licenciatura em Educação de Infância e tem como objectivo recolher informações sobre a situação do ensino pré-escolar em Cabo Verde.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Seja realista nas suas respostas. Garantimos a confidencialidade.

Muito obrigado(a)

I – Identificação pessoal e profissional:

1- Idade _____

2- Sexo: feminino masculino

3-Habilitação profissional:

- Curso da escola formação de Variante

- Magistério primário

- Instituto pedagógico

- Ensino superior

- Sem formação na área

4 – Anos de serviço:

Menos 5 anos 5 a 10 anos 11 a 20 anos mais de 20 anos

II Caracterização da turma

5- Quantos alunos têm na sala? _____

6- Qual é a idade dessas crianças?

Idade das crianças	Nº de crianças
Menos 6 Anos	
6-7 Anos	
Mais de 7 Anos	

7- Todos frequentaram os jardins-de-infância?

Sim Não Não Sei

7.1- Se não, quantos não frequentaram?

8-Nota alguma diferença entre as crianças que frequentaram o jardim e as que não frequentaram?

Sim Não

9- Se sim, em que domínio?

III-O opinião sobre o ensino pré-escolar

10- Por que é que os pais devem colocar os seus filhos no jardim infantil?

11- Os pré-requisitos necessários para o ingresso no ensino básico são desenvolvidos no jardim-de-infância? Porquê?

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

12- Considera que é importante existir uma relação entre escolas do EBI e jardins-de-infância?

Sim Não

Porquê? _____

13- Na sua opinião o que deve ser feito para que todas as crianças passem a frequentar o ensino pré-escolar?

14- Concorda com a medida tomada pelo Ministério de Educação que permite a entrada no ensino básico das crianças com 6 anos sem a frequência do ensino pré-escolar?

Sim Não

Porquê?

ANEXO II

QUESTIONÁRIO ÀS MONITORAS DE INFÂNCIA

Este questionário enquadra-se num estudo sobre o tema "O ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM CABO VERDE" com vista a obtenção da licenciatura em Educação de Infância e tem como objectivo recolher informações sobre a situação do pré-escolar em Cabo Verde.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Seja realista nas suas respostas. Garantimos a confidencialidade.

Muito obrigado(a)

I – Identificação Pessoal e Profissional

1- Idade _____

2- Sexo: feminino masculino

3-Habilitações literárias:

Ensino básico

1º Ciclo do ensino secundário

2º Ciclo do ensino secundário

Ensino secundário completo

Curso do Instituto Pedagógico

Licenciatura em Educação de Infância

4-Anos de serviço:

5 anos 5 a 10anos 11 a 20anos mais de 20 anos

5- Possui alguma formação específica na área de Educação de Infância?

Sim

Não

5.1- Se sim, qual? _____

5.2 -Qual foi a sua duração?

II

6- Caracterização do jardim:

6.1- O jardim – de – infância onde trabalha é:

Público privado

6.2- Quantas crianças têm na sua sala? _____

6.3- O jardim funciona:

Período de manhã período da tarde dois períodos

6.4- Há crianças que frequentam os dois períodos?

Sim Não Se sim, quantas? _____

6.5- Existe uma programação específica direccionada para essas crianças?

Sim Não

III –

7-Planificação

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

7.1 -As actividades são planificadas de acordo com as orientações da delegação escolar?

Sim Não

7.2- Tem o hábito de explorar o Guia de Actividades Curriculares?

Sim Não

7.3- Explora todas as áreas expressas no Guia de Actividades?

Sim Não

7.4- As actividades que desenvolvem com as crianças têm alguma importância no desenvolvimento integral das crianças?

Sim Não

7.5- Realiza na sala actividades de iniciação à aprendizagem da leitura e da escrita?

Sim Não

Porquê? _____

7.6- Na sua opinião as crianças que frequentam o jardim – de-infancia estão melhor preparadas para ingressarem no ensino básico integrado?

Sim Não

Porquê? _____

7.6.1- Qual é a área que domina melhor? _____

7.6.2- Qual é a área que sente mais dificuldade? _____

7.6.3- O que tem feito para superar essas dificuldades? _____

IV –

8- Relacionamento com os outros agentes educativos:

8.1- Costuma receber visitas dos coordenadores pedagógicos?

Sim

Não

8.2- Com que frequência? _____

8.3- Qual é a sua apreciação acerca dessas visitas?

_____ -

8.4- Costuma enviar informações aos pais sobre as progressões e dificuldades do seu (a) filho(o)?

Sim

Não

9- Por que é que os pais devem colocar os seus filhos no jardim infantil?

10- Concorda com a medida tomada pelo Ministério da Educação que permite a entrada no ensino básico das crianças com 6 anos sem a frequência do ensino pré-escolar?

Sim

Não

Porquê? _____

11- Na sua opinião o que deve ser feito para que todas as crianças passem a frequentar o ensino pré-escolar?

ANEXO III

QUESTIONÁRIO AOS PAIS

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

Este questionário enquadra-se num estudo sobre o tema "O ENSINO PRÉ-ESCOLAR EM CABO VERDE" com vista a obtenção da licenciatura em Educação de Infância e tem como objectivo recolher informações sobre a situação do ensino pré-escolar em Cabo Verde.

A sua colaboração é indispensável para a realização deste trabalho. Seja realista nas suas respostas. Garantimos a confidencialidade.

Muito obrigado(a)

I – Identificação

1-Idade _____

2- Sexo: masculino

feminino

3- Habilitações académicas:

Ensino básico

Ensino secundário incompleto

Ensino secundário

Ensino superior

4- O seu (a) filho (a) frequentou o jardim infantil?

Sim

Não Quantos anos? _____

5- O jardim-de-infância que o (a)seu(a) filho (a)frequentou é:

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

Público

Privado

6- Colocou o seu filho no jardim infantil, porque: (assinale as opções)

-precisava trabalhar e não tinha ninguém em casa para cuidar dele

-é importante conviver com outras crianças da sua idade

-para poder frequentar o ensino básico com 6 anos

-fica melhor preparado para frequentar o ensino básico

-é importante para o seu crescimento e desenvolvimento

7- Não colocou o seu filho no jardim infantil porque: (assinale as opções)

Não tinha condições para pagar a mensalidade

Não tinha um jardim-de-infância perto da sua casa

Tinha pessoas em casa para tomar conta dele

O jardim é só brincadeira e não se aprende nada

8- Na sua opinião as crianças que frequentaram o jardim estão melhores preparadas para ingressar no ensino básico?

A Importância da frequência do ensino pré-escolar no sucesso da escola básica

Sim _____ Não _____

Porquê _____

9- Concorda com a medida tomada pelo Ministério da Educação que permite a entrada no ensino básico das crianças com 6 anos sem a frequência do ensino pré-escolar?

Sim Não

Porquê _____

10- O que deve ser feito para que todas as crianças tivessem acesso ao jardim infantil em Cabo Verde?

ANEXO IV

GUIÃO DE ENTREVISTA DIRIGIDA À TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- 1- Quando é que surgiu o ensino pré-escolar em Cabo Verde?
- 2- Quando é que foi reconhecido pelo Ministério da Educação?
- 3- Qual é o objectivo primordial do ensino pré-escolar?
- 4- Qual é a importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento das crianças?
- 5- Existe um plano curricular direccionado para esse nível de ensino?
- 6- Qual é o papel do Ministério na fiscalização dos jardins-de-infância existente em Cabo Verde uma vez que não obrigatório a sua frequência.
- 7- Em termos de actividades realizadas nos jardins, há um controlo por parte do Ministério da Educação?
- 8- Porquê que esse nível de ensino não é obrigatório?
- 9- Existe alguma diferença entre os jardins públicos e os privados?
- 10- Na sua opinião as crianças que frequentam o jardim-de-infância estão preparadas para ingressar no ensino básico? Porquê?
- 11- Como vê a alteração da legislação sobre a entrada no E.B.I sem a frequência dos 2 anos nos jardins?
- 12- O que deve ser feito para que todas as crianças possam frequentar os jardins-de-infância?
- 13- Que leitura faz o Ministério sobre o grau de aproveitamento das crianças que não frequentaram o Jardim-de-Infância?
- 14- As monitoras estão capacitadas para darem respostas aos desafios que crianças enfrentam no primeiro ano do E.B.I?
- 15- Sabendo que o pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, que nível de formação deverá ter as monitoras?

ANEXO V

ENTREVISTA DIRIGIDA A UMA TÉCNICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

1- Quando é que surgiu o ensino pré-escolar em Cabo Verde?

R: : A educação pré-escolar surgiu formalmente nos anos 90 com a publicação da Lei de Bases do Sistema Educativo que considera o pre-escolar como um dos subsistemas do sistema do ensino. Em 1992 foi criado um núcleo de coordenação nacional a nível da Direcção Geral do Ensino

2- Quando é que foi reconhecido pelo Ministério da Educação?

R: Com independência, o ICS (Instituto cabo-verdiano de Solidariedade) organizou os primeiros jardins-de-infância e as primeiras acções de formação específica para o atendimento a esta faixa etária. Nos anos 80 várias organizações/ONG's (Cruz Vermelha, OMCV, Igrejas, etc.) tinham jardins-de-infância. Contudo, existiu desde os anos 60 o ensino pré-primário que viria a ser extinguida depois da independência.

3- Qual é o objectivo primordial do ensino pré-escolar?

R: Os objectivos estão enunciados na LBSE, entre os quais o desenvolvimento integral da criança; o apoio às famílias, etc.

4- Qual é a importância do ensino pré-escolar no desenvolvimento das crianças?

R: A Educação Pré-Escolar é de extrema importância, na medida em que ela considera os diferentes domínios de desenvolvimento da criança ou seja a criança é vista como um todo;

5- Existe um plano curricular direccionado para esse nível de ensino?

R: Existe um Guia de Actividades Curriculares para a Educação Pré-escolar, no qual estão reflectidas as orientações gerais para a intervenção a nível do pré-escolar;

6- Qual é o papel do Ministério na fiscalização dos jardins-de-infância existente em Cabo Verde uma vez que não obrigatório a sua frequência?

R: O Ministério da Educação assume a tutela pedagógica, tendo uma equipa a nível central e coordenadores a nível das delegações;

7- Em termos de actividades realizadas nos jardins, há um controlo por parte do Ministério da Educação?

R: Acredita-se que existe um controlo, ainda que não seja o desejável;

8- Porquê que esse nível de ensino não é obrigatório?

R: Penso que esta pergunta deveria ser colocada aos decisores;

9- Existe alguma diferença entre os jardins públicos e os privados?

R: As orientações são gerais para todos independentemente do tipo de jardim;

10- Na sua opinião as crianças que frequentam o jardim-de-infância estão preparadas para ingressar no ensino básico? Porquê?

R: Sim. Porque uma criança que frequenta um jardim-de-infância, em principio, deve estar melhor socializada e melhor desenvolvido a nível cognitivo e afectivo;

11- Como vê a alteração da legislação sobre a entrada no E.B.I sem a frequência dos 2 anos nos jardins?

R: Pessoalmente, penso que esta é uma Lei que diz respeito ao EB. Entretanto, dado contradição anterior, considero ser uma boa medida sob o ponto de vista de igualdade de oportunidades às crianças em relação ao ingresso no EB. Pois, as crianças que não tinham acesso ao jardim só ingressariam no EB aos 7 anos, ficando duas vezes penalizadas;

12- O que deve ser feito para que todas as crianças possam a frequentar os jardins-de-infância?

R: Campanha de sensibilização/informação sobre a importância da educação pré-escolar e disponibilizar o atendimento em todas as localidades;

13- Que leitura faz o Ministério sobre o grau de aproveitamento das crianças que não frequentaram o Jardim-de-Infância?

R: Acho que não existe nenhum estudo sobre isso. Porém, vários estudos internacionais já revelaram a importância da educação pré-escolar para o desenvolvimento futuro da criança;

14- As monitoras estão capacitadas para darem respostas aos desafios que crianças enfrentam no primeiro ano do E.B.I?

R: As monitoras devem responder às necessidades e desafios das crianças nos jardins-de-infância pelo que os desafios do EB sejam no 1º ano ou nos demais anos de escolaridade deverão ser respondidos pelos professores do EB;

15- Sabendo que o pré-escolar é a primeira etapa da educação básica, que nível de formação deverá ter as monitoras?

R: O ideal seria que todos tivessem um a formação superior.